

**FEMINICÍDIO:  
A VIOLÊNCIA  
DESENFREADA**

**O PODER E A FORÇA  
DA MULHER  
QUILOMBOLA**

**MAIS MULHERES  
EDUCADORAS  
NA POLÍTICA**

**ANO 17 • VOL. 1  
N. 17 • EDIÇÃO 2019**

# Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE



**SOMOS  
MUITAS.  
SOMOS  
UMA SÓ.**

RESISTÊNCIA É A  
PALAVRA DE ORDEM.  
AGORA E SEMPRE



# Mátria

ANO 17 • VOL. 1 • N. 17 • EDIÇÃO 2019



CAPA Bruno Soares

**COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA** Isis Tavares Neves  
(Secretária de Relações de Gênero da CNTE)  
**REDAÇÃO E EDIÇÃO** Frisson Comunicação  
**DIREÇÃO EXECUTIVA** Ana Paula Messeder  
**JORNALISTA RESPONSÁVEL** Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)  
**EDIÇÃO** Beto Cordeiro  
**REVISÃO** Beto Cordeiro, Noel Fernandez, Gisele Fernandes  
**APOIO** Ana Paula Silva  
**REPORTAGEM** Amanda Vieira, Kátia Maia  
**FOTOGRAFIA** Arquivo Mátria  
**ILUSTRAÇÕES** Bruno Soares  
**PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**  
Noel Fernández Martínez  
**CAPA** Bruno Soares  
**COLABORAÇÃO** Ana Paula Silva  
**IMPRESSÃO** Gráfica Dallas  
**TIRAGEM** 15 mil exemplares



SRTV5, Q. 701, Conjunto L, Nº 38, Bloco 1, Salas 622 e 624  
Ed. Assis Chateaubriand, Brasília-DF, CEP: 70340-906  
Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) - ano 17 (mar. 2019/mar. 2020 - Brasília: CNTE, 2003- Anual  
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42  
CDU 396(05)

Biblioteca: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106  
CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.  
Tel.: + 55 (61) 3225.1003  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br) » [cnte@cnte.org.br](mailto:cnte@cnte.org.br)

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE\_OFICIAL



/CNTEUTIE

Confira também a versão eletrônica no site: [www.revistamatria.com.br](http://www.revistamatria.com.br)

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

1

**EDITORIAL**

**CNTE**

Todas de mãos dadas



33

**ENCARTE TEÓRICO**

**ELIZÂNGELA DE ALMEIDA SILVA**

A relevância das políticas de promoção da igualdade racial e os retrocessos gerados por um governo sem direitos e sem igualdade racial

## REPORTAGENS

**MULHERES NO PODER**

EDUCAÇÃO É A MELHOR POLÍTICA ..... 2

**POLÍTICA**

POUCAS MULHERES, MUITAS DEMANDAS ..... 16

**ADOLESCÊNCIA**

QUANDO A BRINCADEIRA DE BONECA VIRA OBRIGAÇÃO ..... 23

**EMPODERAMENTO**

SOU MULHER, SOU QUILOMBOLA E TENHO O PODER! ..... 30

**VIOLÊNCIA**

DO LUTO À LUTA ..... 40

**RESISTÊNCIA**

NÃO É MIMIMI ..... 48

**DIVERSIDADE**

UM DIA PARA TODO O TIPO DE FAMÍLIA ..... 56

58

**GIRO**

59

**INTERAGINDO**

60

**SUGESTÕES DE ATIVIDADES**

## ARTICULISTAS



14

**VANJA SANTOS**

Mulheres brasileiras e o pacto patriarcal institucionalizado: Recuos e desafios



28

**GABRIELA SANCHO MENA**

Trabalhadoras da educação nos momentos de resistência: um olhar sobre o interior de nossas organizações



54

**YAMILE SOCOLOVSKY**

Uma maré verde que constrói liberdade

# Todas de mãos dadas

**D**e repente, com a virada do ano, uma chave invisível também virou o mundo, quer dizer, esse nosso mundo chamado Brasil. Nosso país deu uma guinada de 180° e, sob nova direção, parece ter voltado para trás, a um tempo em que “menino veste azul e menina veste rosa”; pelo menos nas palavras da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Uma declaração que, aliás, suscitou um dos nossos piores temores: será que o medo, enfim, venceu a esperança?

É muito grave o que acontece no nosso país. Não podemos legitimar as atrocidades e o avanço do conservadorismo que acontecem todos os dias em suas várias expressões, com apatia e silêncio.

Nesta edição, *Mátria* renova as esperanças e conclama mulheres e homens para ir à luta pelos seus direitos de existir, de pensar livremente, de conquistar a igualdade, a equidade e o respeito. Não ao retrocesso, ao preconceito e ao fascismo foram palavras gritadas antes, durante e depois das urnas. E são repetidas nas páginas que se seguem, ditas por mulheres corajosas, como as nossas representantes na política, nos quilombos, nas salas de aula, na indústria e no comércio. Todas de mãos dadas pela resistência, pelo avanço das conquistas e pelo orgulho de ser mulher. E ninguém solta a mão.

*Mátria* mostra que as mulheres estão cada vez mais presentes na agenda política. As presidentes do PT e do PCdoB fazem uma avaliação da conjuntura, professoras e sindicalistas eleitas dão uma aula de política e cidadania, e a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), única mulher eleita para o cargo executivo nesta eleição. Em entrevista exclusiva, a governadora fala de educação, da conjuntura atual do Brasil e de diversos outros assuntos.

A Revista apresenta ainda artigos contundentes, como a defesa da igualdade racial feita pela mestra em Educação e Políticas Públicas Elizangela Silva; ou a tomada de posição pela igualdade de gêneros, debatida na Internacional da Educação para a América Latina, e apresentada aqui pela costarriquenha mestra em Pedagogia Gabriela Sancho Mena; ou pela também latino-americana, a argentina Yamile Socolovsky, que não teve medo de botar o dedo na ferida da questão da legalização do aborto.

As páginas de *Mátria* também trazem tristes histórias de mulheres que foram mortas, violentadas e vitimadas por uma sociedade que ainda teima em lhes virar as costas. É um grito de socorro contra essa estatística violenta, que não livra a cara – muito menos o corpo – nem de meninas; como é o caso da pequena Soraya (nome fictício) que, aos 13 anos foi abusada por um traficante e está grávida.

Gravidez na adolescência é outro tema presente nesta edição, em matéria repleta de histórias de superação e relatos emocionantes. As famílias modernas também mereceram destaque na matéria que fala da diversidade. A começar pelas celebrações como o Dia da Família.

Mais do que nunca, a hora é agora de disseminar a *Mátria* dentro das escolas, como um instrumento para estimular o debate sobre direito e igualdade de gênero, democracia e um mundo com igualdade de oportunidades para todos e todas. Existimos, resistimos e não nos deixaremos vencer pelo medo que paralisa e nos faz submissas. Pois, como nos diz Paulo Freire, devemos sempre “lutar para fazer melhor”. E o medo desses velhos novos tempos com a ousadia de vencê-lo e transformá-lo em luta, nos move sempre em frente. Boa leitura!

*Diretoria Executiva da CNTE*





# *Educação é a melhor política*

**Do legislativo ao executivo, as professoras eleitas assumem o compromisso de resguardar os direitos conquistados para a educação pública brasileira**

**N**as eleições de 2018, os trabalhadores em educação foram protagonistas da luta pelo ensino público de qualidade e contra os retrocessos que as reformas educacional, trabalhista e do teto de gastos (Emenda Constitucional 95) representam para o país. Ao conquistarem cargos no legislativo e no executivo, as professoras eleitas se comprometem a manter os direitos conquistados e não abrir mão de buscar mais valorização para a categoria.

Para traçar um panorama dos principais desafios na área da educação, a Revista *Mátria* conversou com as professoras Fátima Bezerra (PT), eleita governadora do Rio Grande do Norte, com as deputadas federais Marcivânia Rocha Flexa (PCdoB/AP) e Rosa Neide (PT/MT), e com as deputadas estaduais Maria Izabel Noronha – a Bebel (PT/SP), Teresa Leitão (PT/PE) e Beatriz Cerqueira (PT/MG). Confira a seguir a trajetória política, as reflexões e as propostas de cada uma dessas professoras eleitas.



## Governadora Fátima Bezerra (RN)

Nascida em Nova Palmeira (PB), Fátima Bezerra é professora e pedagoga. Na discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), propôs a criação do Piso Salarial do Magistério, que deu origem à Lei 11.738/08. Fátima foi a única mulher eleita governadora, no país, em 2018, recebendo mais de 1 milhão de votos, ou 57,60% dos votos válidos.

**A sua trajetória política é rara: professora, exerceu cargos políticos em sindicatos, no legislativo do Rio Grande do Norte, foi deputada federal, senadora e agora governadora.**

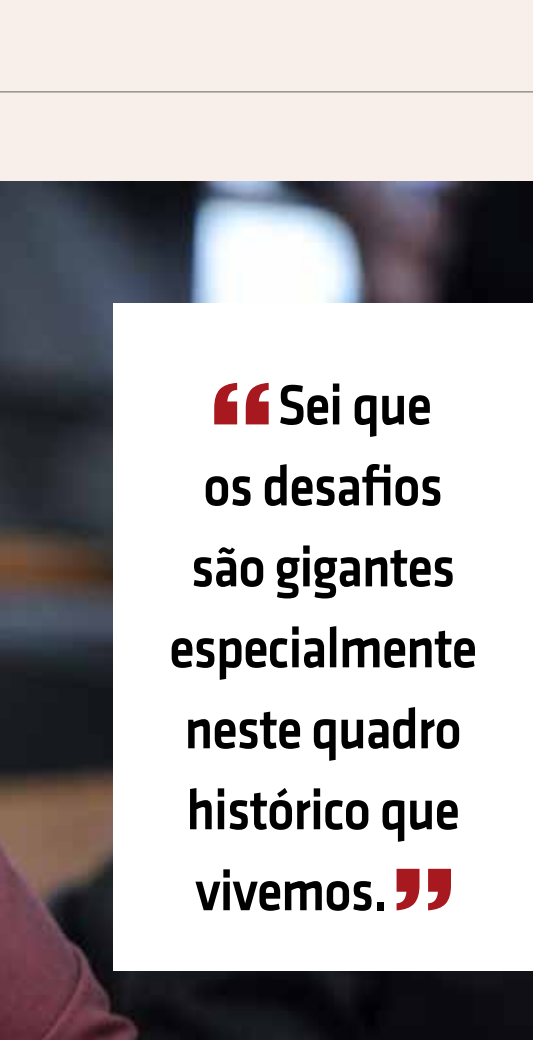
### A sua formação como professora colaborou de alguma maneira para ocupar esses espaços de poder?

A minha formação com certeza colaborou, na medida em que não se tratou de uma formação meramente acadêmica, mas de uma formação para o exercício da cidadania, de uma cidadania ativa, baseada na livre associação dos trabalhadores por meio dos sindicatos e partidos políticos.

Migrante nordestina, nasci e cresci em uma família pobre, sentindo na pele as marcas da exclusão no meu dia a dia. Por isso, quando professora, aliei-me à luta orgânica da categoria, em defesa da educação pública e da valorização dos profissionais da educação, por entender que a educação é instrumento capaz de mudar,

para melhor, o futuro de milhares de outras crianças nordestinas. Participei da fundação da Associação dos Orientadores Educacionais, integrei a diretoria da Associação dos Professores e ajudei a fundar o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública (Sinte/RN), que tive a honra de presidir por duas gestões.

No sindicato, percebemos que nossas lutas e reivindicações encontravam pouco eco nos parlamentos municipais, estaduais e no Congresso Nacional, justamente pela ausência de representantes dos trabalhadores nos espaços institucionais. Sentimos, então, a necessidade de disputar esses espaços e muitos de nós decidimos participar da construção do Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio Grande do Norte.



“Sei que os desafios são gigantes especialmente neste quadro histórico que vivemos.”

Hoje, depois de aproximadamente quatro décadas de lutas, o PT, representando as forças de perfil popular e progressista, terá a oportunidade de, pela primeira vez, governar o estado do Rio Grande do Norte, com uma professora proveniente das classes menos favorecidas, interrompendo um ciclo de uma cultura oligárquica que imperava no estado há mais de 60 anos. Acredito que nossa trajetória como professora, dirigente sindical, parlamentar, sempre pautada pela ética, seriedade, dedicação e compromisso com as demandas populares, pavimentou a estrada que nos trouxe até aqui. Sei que os desafios são gigantes, especialmente neste quadro histórico que vivemos, mas reafirmo com toda a intensidade: empenho e

espírito público não nos faltarão para corresponder à confiança do meu querido povo potiguar.

**Como a senhora avalia a atual conjuntura política que o país está atravessando, no que diz respeito à educação?**

É uma conjuntura muito difícil. Se em 2014 aprovamos por unanimidade no Congresso Nacional um ousado PNE [Plano Nacional de Educação], com a meta de investimento de 10% do PIB em educação, a partir de 2016 passamos a vivenciar retrocessos inimagináveis, como a aprovação da Emenda Constitucional 95, que impede o crescimento real dos investimentos públicos durante 20 anos e anula, também, por duas décadas, a vinculação constitucional dos recursos destinados para educação e saúde; a aprovação da reforma autoritária do ensino médio, que avança na precarização e privatização do ensino; a aprovação da reforma trabalhista, que também provoca efeitos perversos na área da educação, em especial no âmbito do ensino privado; a tentativa de eliminação da aposentadoria especial do magistério via reforma previdenciária; o enfraquecimento dos instrumentos de participação social na elaboração e implementação das políticas educacionais; e as ameaças à liberdade de ensino e aprendizagem, contidas em projetos de lei apresentados nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

Transitamos de uma agenda positiva para uma agenda extremamente negativa, e o governo Bolsonaro

não parece apontar para um caminho diferente daquele iniciado por Michel Temer e Mendonça Filho. Pelo contrário, parece que teremos o aprofundamento de uma agenda de desmonte da educação pública.

**Como enfrentar os projetos que visam criminalizar movimentos sociais?**

Estamos diante da criminalização crescente, não apenas dos movimentos sociais, mas também de ideias, valores, identidades, culturas e costumes. Nos dias de hoje, se alguém defende o lema da Revolução Francesa no Brasil se torna um inimigo interno, uma suposta ameaça comunista. E embora haja ignorância, há quem opere essa ignorância de modo estratégico, para tornar possível um projeto de poder autoritário e duradouro, que não tolera conviver com a democracia e busca eliminar as oposições. O projeto apelidado por eles de Escola sem Partido, mas que preferimos chamar de Lei da Mordça é um exemplo disso. Assim como a Nova Base Comum Curricular, aprovada em 4 de dezembro de 2018, pelo Conselho Nacional de Educação, e que definiu apenas as matérias de português e matemática como obrigatórias para o Ensino Médio é outra decisão absurda, que vai na contra-mão da evolução que estávamos apresentando até agora.

A história nos ensina que o único caminho para enfrentar a criminalização dos movimentos sociais é a construção de uma frente ampla em defesa da democracia e dos direitos sociais. E quando eu falo em frente ampla

significa que essa frente não pode se restringir à esquerda tradicional. É preciso unificar movimentos sociais, associações, sindicatos, organizações não governamentais, partidos políticos de esquerda e de centro, setores progressistas das mais diversas religiões, intelectuais, juristas, artistas e lideranças diversas em defesa das liberdades democráticas.

Também é preciso construir uma rede de solidariedade internacional, capaz de amplificar as denúncias de violações de direitos humanos nos mais diversos recantos do mundo, de modo a produzir pressão externa em defesa dos tratados dos quais o Brasil é signatário.

Tudo indica que teremos cortes nos investimentos em educação. **Como isso vai afetar o Fundeb e a Lei do Piso?**

Tudo indica realmente que teremos mais cortes, porque na verdade o corte estrutural se deu com a aprovação da Emenda Constitucional 95/16. Felizmente, o Fundeb ficou fora do teto de gastos, e é justamente esse fundo, no qual se insere o mecanismo de complementação da União, que permite o cumprimento da Lei do Piso.

Mas a vigência do Fundeb se encerra em 2020. Dada a importância desse instrumento para a sustentabilidade da educação básica, nos antecipamos e, como relatora, na CCJ do Senado, da PEC 24/17, de autoria da senadora Lidice da Mata, apresentei meu parecer favorável, propondo tornar

o Fundeb permanente, vinculado à implementação do Custo Aluno Qualidade e ampliando, de 10 para 50%, de forma gradativa, a participação da União no financiamento da educação básica. Há também outras iniciativas nesse mesmo sentido, em tramitação na Câmara dos Deputados. O fato é que, se nada for feito, correremos o risco de testemunhar, no futuro próximo, o fim do principal instrumento de financiamento da educação básica e de valorização dos profissionais do magistério público que o país já teve. De modo que a luta em defesa do Fundeb permanente deve ser encarada com a devida prioridade no próximo período.

Por essa razão, incluí o tema na agenda das prioridades do Fórum dos Governadores do Nordeste. Temos que fazer um grande movimento nacional, em 2019, para garantir esse novo Fundeb, forte e permanente.

**Como cumprir as metas do Plano Nacional de Educação?**

O Fundeb agrega um conjunto de metas e estratégias que sintetizam nossos desafios na área da educação, como a expansão do acesso à educação infantil, a valorização salarial do magistério, a expansão da educação em tempo integral, a implementação de um padrão mínimo de qualidade através do Custo Aluno Qualidade e do Sistema Nacional de Educação, mas o cumprimento de todas essas metas está vinculado ao cumprimento da Meta 20, que estabelece a aplicação de 10% do PIB em educação até 2024.



Por isso mesmo, quando estava em debate a proposta que deu origem à Emenda Constitucional 95, que é parte integrante da política de austeridade do atual governo, alertamos que a EC 95 significava a morte do Plano Nacional de Educação, uma vez que o cumprimento das metas e estratégias do PNE depende da ampliação dos investimentos em educação.





“ Transitamos de uma agenda positiva para outra extremamente negativa e o governo Bolsonaro não aponta para um caminho diferente. ”

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Sendo assim, para que possamos recuperar o tempo perdido e perseguir as metas do PNE, faz-se necessário revogar a emenda do teto de gastos e abandonar o paradigma econômico neoliberal em benefício de uma política econômica de caráter desenvolvimentista, vinculada a um projeto de desenvolvimento nacional que busque ampliar o crescimento

econômico, reduzir as desigualdades e preservar, através de políticas de Estado, os direitos sociais.

#### **Quais são os principais planos para a educação no Rio Grande do Norte?**

O Rio Grande do Norte vivencia uma grave crise fiscal, com parte significativa de sua receita comprometida com a folha de pagamento dos servidores. Então nosso primeiro desafio não pode deixar de ser

arrumar a casa, organizar as contas, pagar o funcionalismo em dia.

É desesperador para um professor ou uma professora da rede pública, responsável pelo sustento de sua família, sair para trabalhar sem saber quando vai receber seu salário, quando poderá pagar suas contas, quando poderá fazer a feira do mês. Não podemos deixar de enfrentar

esse legado negativo e de buscar incessantemente superá-lo o mais rapidamente possível.

Mas temos muitos outros desafios na área da educação que vão além da questão da valorização profissional. As reformas educacionais em curso – refiro-me à reforma do ensino médio, à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio em debate no CNE, à atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – trazem desafios imensos para os sistemas de ensino.

Teremos de explorar os limites da autonomia dos sistemas de ensino e das unidades escolares para impedir que haja ainda mais precarização.

Mas, principalmente, nosso foco será realizar as metas do Plano Estadual de Educação. Para isso, faremos a ponte entre o governo federal e as prefeituras, no sentido de apoiá-las na ampliação da oferta de creches. De nosso lado, ampliaremos também o ensino em tempo integral; faremos a reestruturação do ensino médio associada ao ensino técnico e profissionalizante; promoveremos a valorização dos profissionais de educação, com o cumprimento do piso salarial e as políticas de formação e trabalharemos pelo fortalecimento da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, volto a lembrar, é essencial fortalecer o Fundeb e torná-lo permanente, para que estados e municípios, principalmente os do Nordeste, possam cumprir as metas municipais e estaduais do Plano Nacional da Educação. E é isso que colocamos entre as principais prioridades do Fórum de

Governadores, como já falei, pois sem educação de qualidade não chegaremos a lugar algum.

### **Como resguardar os direitos dos trabalhadores em educação diante dessa conjuntura?**

Eu diria que a principal ameaça aos trabalhadores em educação neste momento é a tentativa de interdição da liberdade de ensino e aprendizagem, da pluralidade de concepções pedagógicas, da liberdade de expressão, sob o pretexto de se combater um suposto processo de doutrinação ideológica nas escolas.

Portanto, será necessário mais do que nunca combinar a luta institucional com a mobilização da sociedade. Estão tentando transformar os professores em inimigos internos que devem ser patrulhados e punidos pelo simples fato de manifestarem sua opinião sobre determinados temas suscitados em sala de aula, suscitados muitas vezes pelos próprios estudantes. E querem tirar do aluno o direito a formar um pensamento crítico, a debater sobre a diversidade e aprender a respeitar as diferenças.

Isso cria uma cortina de fumaça que oculta os verdadeiros problemas da educação e torna as escolas ainda menos atrativas para os estudantes, uma vez que elas deixam de ser espaços do livre pensar e da construção dialógica do conhecimento para se tornarem espaços de censura e interdição.

### **Quais são os principais desafios em relação aos direitos das mulheres como um todo (saúde, segurança, trabalho e previdência)?**

Estamos diante de um projeto de Estado mínimo que não

será interrompido com a transição governamental. Ao contrário, esse projeto tende a ser aprofundado, uma vez que o próximo governo, diferentemente do governo Temer, foi legitimado pelas urnas.

Se levarmos em consideração que as políticas públicas são fundamentais para reduzir as desigualdades de gênero, enfrentar a violência contra as mulheres e fomentar trajetórias de emancipação, chegaremos à conclusão de que os desafios serão ainda maiores no próximo período.

No ranking da violência, o Rio Grande do Norte se apresenta como o estado mais violento do país, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O número de agressões contra a mulher é alto também. De 149 homicídios em 2017, 23 foram caracterizados como feminicídio. Nós só temos quatro delegacias de atendimento à mulher (Deam), que ainda assim funcionam precariamente. Da mesma forma, a Patrulha Maria da Penha. O estado, pasmem, não tem sequer uma casa abrigo para acolher as mulheres vítimas de violência. É uma realidade muito dura que teremos que enfrentar. Por essa razão, já anunciei a criação da Secretaria das Mulheres, Cidadania e Direitos Humanos, que vai desenvolver, de forma integrada com outras secretarias, ações para garantir o funcionamento da rede de proteção e promoção dos direitos das mulheres.

Para tanto, é necessário fortalecer o processo de organização política das mulheres, a fim de avançar na agenda que diz respeito à promoção e defesa dos direitos das mulheres.

# PROFESSORAS NO LEGISLATIVO

## Deputada Federal Marcivânia Rocha Flexa (AP)

A professora Marcivânia recebeu mais de 140 mil votos e foi reeleita deputada federal pelo Amapá, com 3,89% dos votos válidos. A deputada se posicionou com afinco contra a aprovação do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95), que instituiu o congelamento de investimentos públicos e integra a Comissão de Educação (CE) – na qual defende a valorização dos profissionais aliada a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

**Investimentos** - “Como titular da Comissão de Educação, nesses quatro anos tivemos um trabalho bem significativo de avanços mas, infelizmente destoa do que a gente tem conseguido em plenário, onde enfrentamos muitas barreiras. O congelamento de investimentos

por 20 anos vai prejudicar a educação. O plano do governo é extremamente liberal, com uma proposta de encolhimento do papel do Estado. Nesse contexto, a educação vai ser um alvo constante e vai ter ainda uma tentativa de diminuir ainda mais os investimentos para universidades.”

**Piso Salarial** - “Não tenho muito esperança de que a gente vá ter avanços. Temos um piso salarial dos professores que é um dos menores, a gente só conseguiu isso em 2008 e agora, 10 anos depois, enfrentamos o PLS 409/2016, do senador Dalírio Beber (PSDB-SC), que quer flexibilizar a regra de reajuste anual de pisos salariais. Ou seja, vai acabar com o piso. Há uma tentativa de retirar os avanços que conseguimos a duras penas”.

**Escola com Liberdade** - “O Projeto da Escola sem Partido é inconstitucional (projeto foi arquivado em dezembro de 2018, mas pode voltar para a pauta). Quando você interfere na liberdade de cátedra você está afetando a liberdade de expressão. O que é mais temeroso nesse projeto é essa relação entre professor e aluno, que sempre foi muito fraterna. Fui professora por 25 anos e nesses anos eu só tenho boas recordações dos meus alunos e atividades em sala de aula. Eu temo que esse projeto vá criar uma insegurança, uma desconfiança, uma postura de denunciamento entre alunos e professores. Então, temos grandes desafios na próxima legislatura”.

**Ensino à distância** - “Outro desafio é essa proposta que fala em educação à distância para o ensino fundamental. O conhecimento



Foto: Renato Alves



também é construído nas relações entre alunos e professores. A gente não pode criar dois conjuntos de pessoas — uma que tem direitos, escola presencial, e outra que tem menos direitos, com condições diferentes. Temos que tentar breçar essa proposta de ensino fundamental à distância, porque a gente sabe que vai afetar a qualidade de ensino”.

**Diálogo** - “Precisamos dialogar com a sociedade, sensibilizar as pessoas para entrarem nessa luta conosco. Espero que a gente possa conquistar mais gente para lutar pela educação pública de qualidade. Todos os países que querem desenvolvimento investem em educação, ciência e tecnologia. Nosso desafio mais amplo é lutar, resistir e não permitir retrocessos”.

### **Deputada Federal Rosa Neide (MT)**

Única mulher eleita deputada federal pelo Mato Grosso. Candidata ao cargo pela primeira vez, a professora Rosa Neide Sandes tem uma longa história de luta pela educação e contra as

desigualdades. Foi professora da rede pública de ensino da educação básica, trabalhou por 35 anos, desde a alfabetização de crianças até o ensino superior.

**Cumprir a lei** - “O maior desafio é manter a educação nos patamares que conseguiu chegar. Participarei nas comissões com foco em educação, e do Plano Nacional de Educação, que foi fruto de discussão e negociação em muitos municípios do Brasil. A gente deve fazer cumprir o que a Lei estabelece, principalmente, para os profissionais. A educação brasileira prevista em Lei é laica, ensino público obrigatório dos quatro aos 17 anos, presencial, no qual os alunos vão pra escola e os professores têm liberdade de cátedra. E nós como parlamentares devemos ficar atentos ao ensino, avançando em todas as discussões que possam preservar a educação pública brasileira”.

**Carreira e formação** - “No estado do Mato Grosso, os profissionais da educação têm carreira única, têm direitos assegurados, com crescimento e direito a formação profissional. O exemplo de Mato Grosso pode ser referência para todo país. O principal é manter o piso nacional que os professores conquistaram e não podemos perder. Já me coloquei à disposição da CNTE, já participei de reuniões e serei guardiã dos direitos tanto no ensino básico como no superior. As nossas conquistas foram importantes e só faremos isso se todos estiverem juntos”.



Foto: Divulgação



## Deputada Estadual Professora Bebel (SP)

Eleita com mais de 87 mil votos válidos, Maria Izabel Noronha, a Bebel, é presidenta da Associação dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) e foi professora efetiva de Língua Portuguesa da rede pública estadual paulista. Foi membro do Conselho da Cidade de São Paulo, nomeada pelo então ministro da educação Fernando Haddad e do Conselho Nacional de Educação (2006-2014), onde exerceu a Vice-Presidência da Câmara de Educação Básica (2012-2014).

**Plano Estadual de Educação** - “São muitos os desafios a enfrentar, diante do novo governador João Doria (PSDB), cuja política educacional é uma incógnita. Na campanha, assumi um compromisso com o magistério, com os estudantes e com os movimentos sociais de realizar um mandato popular, voltado para a causa da educação pública de qualidade, inclusiva, laica, para todas e todos. Assim, terei como uma das principais prioridades trabalhar pela implementação integral do Plano Estadual de Educação, aprovado em junho de 2016, na Assembleia Legislativa, a

partir de propostas formuladas pelo Fórum Estadual de Educação (do qual participam 75 entidades). O PEE apresenta soluções imediatas e estruturais para os principais problemas da educação no estado de São Paulo, como condições de trabalho e de ensino-aprendizagem, acesso e permanência dos estudantes, valorização dos professores, financiamento, gestão democrática e outros. Mas é necessário que o Estado assegure a ampliação do financiamento da educação, que hoje vem sendo prejudicado, entre outras razões, pela política de renúncia fiscal praticada pelos governos do PSDB”.

**Financiamento** - “Desde 2002, o Estado deixou de arrecadar mais de R\$ 275 bilhões. Para 2019, a previsão é de uma perda de mais R\$ 6,1 bilhões. Vou trabalhar pelo fim dessa política e, ainda, para que se estudem novas possibilidades de aumento das verbas destinadas à educação”.

**Criminalização de professores** - “Outro desafio é impedir que avance a criminalização dos professores, que vêm sendo constrangidos por integrantes do movimento denominado ‘Escola Sem Partido’. Uma das minhas primeiras medidas como deputada será propor um projeto de lei para impedir censura, assédio e perseguição a professores e estudantes nas escolas paulistas. A Constituição assegura liberdade de ensinar e aprender e a diversidade de ideias e concepções pedagógicas e vamos fazer valer esses princípios”.

**Cumprimento do Piso** - “Creio que será preciso muita mobilização. Em primeiro lugar, o Governo do Estado de São Paulo tem que cumprir a legislação. O salário-base dos professores da rede estadual de ensino está 10% abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). A Apeoesp venceu ação judicial em todas as instâncias, determinando que o Estado reajuste os salários em 10,15% para todos os professores e também para diretores, vice-diretores, supervisores de ensino e até dirigentes de ensino.



Foto: Divulgação Apeoesp

O Governo do Estado conseguiu ‘travar’ esse pagamento no Supremo Tribunal Federal. Estamos lutando para que este pagamento se efetive imediatamente”.

**Cumprimento de metas do PEE** - “O estado de SP também precisa cumprir a Meta 17 do Plano Estadual de Educação (PEE), que determina a equiparação dos salários dos professores com a média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior. A Meta 18 do PEE, estabelece que o estado deverá elaborar, para a rede estadual de ensino, um novo plano de carreira para os profissionais da educação com critérios de evolução e promoção que reconheçam e valorizem seu trabalho e sua experiência, tendo como objetivo a qualidade do ensino. O próprio PEE enumera uma série de dispositivos que devem fazer parte da carreira, entre eles a instituição forma gradual da jornada de trabalho de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, preferencialmente em tempo integral, assim como prever Regime de Dedicção Plena e Exclusiva por meio de incentivos incorporáveis aos salários”.

## Deputada Estadual Teresa Leitão (PE)

Teresa Leitão luta por mais educação, pelos direitos das mulheres, por incentivo à cultura e na proteção da juventude. Tem forte ligação com movimentos sociais e as causas coletivas do povo pernambucano. Iniciou sua carreira profissional na rede pública estadual de ensino, em 1975. É Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

**PNE e BNCC** - “Após a eleição de Bolsonaro, a educação certamente será alvo de muitos ataques e retrocessos. A indicação do Ministro da Educação e suas primeiras declarações, além da ênfase na pauta da chamada “Escola sem Partido”, já nos indicam o tamanho dos desafios que teremos. Pretendo ser uma voz permanente na defesa do legado do PT na área educacional, pontuando os avanços conquistados. Em particular, dar ênfase à educação pública como direito de todos e de todas e dever do Estado. Neste aspecto, torna-se relevante o debate sobre a implementação do Plano Estadual de Educação (PNE) e a regulamentação da



Foto: Alepe



Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no âmbito do estado. Lutar em favor dos pontos cruciais da política de educação, tais como: gestão democrática, valorização profissional, financiamento da educação”.

**Ajustes no Plano de Carreira** - “Pernambuco tem um Plano de Cargos e Carreira aprovado em lei, desde 1998, para todo o quadro da educação. Do ponto de vista conceitual é bem avançado e foi pensado para promover a valorização profissional, por meio do pleno desenvolvimento na carreira. Hoje, este plano precisa ser destravado, assegurando-se as progressões por titulação e por desempenho de maneira contínua e periódica conforme a lei. É preciso promover alguns ajustes no próprio Plano de Carreira que sofreu alterações nos últimos anos. E, finalmente, lutar para que os governos entendam e pratiquem que piso salarial e planos de carreira são duas políticas interligadas para a valorização profissional”.

### Deputada Estadual Beatriz Cerqueira (PT/MG)

“O parlamento precisa ser um lugar de representatividade. Somos a maior categoria do funcionalismo público nos municípios e nos estados, mas costumamos nos dispersar e desconectar a nossa luta desta disputa de representatividade”, defende a professora Beatriz Cerqueira. Engajada na luta pela educação, a professora Bia, como é mais conhecida, foi eleita deputada estadual em Minas Gerais com 96.824 votos, após longa trajetória como diretora do Sind-UTE/MG por três mandatos, além de ocupar a presidência CUT/MG em 2012.

Para a deputada, há um desafio constante que é a disputa de representatividade enquanto educação e enquanto classe trabalhadora: “Estamos diante de parlamentos conservadores e com parlamentares fascistas. A violência e a mentira como formas de fazer política estão no Parlamento hoje. Então, o desafio é o da resistência para impedir que propostas de privatização, de terceirização, de desconhecer a escola como lugar da diversidade de inclusão possam prosperar. Não é a mesma conjuntura, não enfrentamos isso antes. É preciso ter consciência, fazer um bom diagnóstico disso”.

**Luta de classes** - Beatriz Cerqueira reforça que é preciso construir pontes de diálogo com o povo e transformar a pauta da educação na pauta de luta da sociedade: “Sem isso, não avançaremos e retrocederemos muito. Educação é uma disputa estratégica. Os governos estão fazendo essa disputa com pautas de terceirização, privatização e o projeto da Lei da Mordaza. Cabe às forças progressistas em nosso país fazerem a mesma disputa. Educação é discussão de classe, não de categoria”.



Foto: Divulgação



## Vanja Santos

Presidente nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM), formada em Filosofia, acadêmica do curso de direito, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), membro do Conselho Nacional de Saúde (CNS), presidente da Câmara Técnica de Monitoramento de Políticas Públicas do CNDM

# Mulheres brasileiras e o pacto patriarcal institucionalizado: Recuos e desafios

**E**m 2014, na guerra ideológica entre direita e esquerda, deu-se início a pregação, pela direita, do voto nulo e a desconstrução da participação popular na política brasileira. A direita alimentou afirmativas, como: Dilma não ganha, se ganhar não será empossada, se empossada não chegará ao fim do mandato. Ao perder, a direita não reconheceu a reeleição de Dilma e passou a trabalhar na desconstrução da decisão popular. Suas maiores investidas foram na imagem de Dilma enquanto mulher: charges incitando o estupro, definindo-a como desequilibrada, grosseira e comandada por homens, comparando-a à Medusa de Caravaggio. Ou seja, o machismo definindo o poder como uma habilidade masculina. A partir desse momento foi se naturalizando o ataque às mulheres. Tudo dentro da perspectiva machista. Nesse contexto, Bolsonaro se colocou, alinhado à estratégia machista de tomada do poder e servindo à aniquilação da democracia. Junto a ele foi acionada uma máquina de líderes políticos, jornalistas, empresários e marqueteiros numa grande rede de expressão do ódio em forma fascista.

## Mulheres e a luta por políticas públicas – para onde caminhamos?

As políticas públicas de Estado voltadas para a mulher sofrem ameaça à sua existência, sobretudo ao avanço de leis como a Maria da Penha, uma grande vitória da luta das mulheres,

da luta feminista do enfrentamento à violência doméstica silenciosa.

O Brasil ocupa a alarmante posição de 5º lugar na ocorrência de feminicídios, segundo a OMS. A necessidade de outro olhar acerca do assassinato de mulheres resultou na Lei do Feminicídio, criada há três anos. Uma palavra nova para uma prática antiga, crime de ódio, que mata a mulher por ser mulher.

Nas leis trabalhistas, direitos como descanso antes do início de hora extra, licença-maternidade de seis meses, repouso após aborto natural, direito a aposentar-se cinco anos antes dos homens, são conquistas movidas por muita luta das mulheres.

A participação política da mulher foi forjada por meio de políticas afirmativas oriundas de debates em conferências internacionais como a de Beijing(1995) que construiu uma plataforma de ação internacional no sentido de consolidar os direitos das mulheres por meio da igualdade, desenvolvimento e paz. A política de cotas para disputa eleitoral e mais recentemente a destinação de fundo partidário para formação de mulheres, tempo de TV e fundo eleitoral para campanhas femininas, buscando ampliar a participação no parlamento. Somos mais da metade da população e trazemos conosco toda uma carga cultural patriarcal que nos dificulta o acesso à participação política.

Desde a posse do atual presidente, temos sinalizações claras de que muita coisa mudará. Sua plataforma eleitoral, defendida apenas



em redes sociais, e seu discurso de posse que declarou que “libertará o país do socialismo e da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”, demonstram a discordância à PEC das domésticas, que deu às mulheres, em sua maioria negras, direitos como o limite da jornada de trabalho, carteira assinada e FGTS. Essa medida de reconhecimento da profissão e garantia de direitos, produziu na classe média um sentimento de indignação e de perda do direito a uma escrava doméstica.

A criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sinalizou pontos de tensão e o alinhamento com uma pauta conservadora e moralizante. O governo da família e dos bons costumes posiciona uma mulher como Damares num espaço para estabelecer uma política de desqualificação do papel da mulher, dela própria (mesmo que imperceptivelmente) e das políticas em curso.

Alinha-se a isso a regulação do porte de arma no país, uma bomba social. Afinal, está sendo regulamentada a instrumentalização da violência. Quem lucrar será a indústria do armamento que manteve a bancada da bala no Congresso, da qual Bolsonaro fez parte. As mulheres poderão ter parceiros violentos e armados. Segundo o DATA-SUS, 1 de cada 2 feminicídios é por arma de fogo.

### **O papel das mulheres no enfrentamento ao machismo institucional**

Como encarar essa agenda de retrocesso? A desesperança tomou espaço. Afinal, após grandes mobilizações do #EleNão, o presidente foi eleito com toda sua mediocridade. Deu-se início à política de desmonte do Estado e das Políticas Sociais, tendo as mulheres como principais alvos. Colocaram Damares para nos tirar do prumo e do foco. As declarações em tons discriminatórios, machistas e circenses tomam conta das redes sociais nos obrigando a nos posicionarmos nesses espaços e nos perdemos numa chamada “cortina de fumaça”. Enquanto Damares dá uma de “boba da corte”, os “senhores

da corte” vão junto com Bolsonaro, tomando medidas de desmonte do país. Como nos movimentar de forma estratégica? É importante fazer algumas reflexões e autocríticas. Não reflexões motivadas pelo o que a direita e os conservadores falam dos partidos e dos movimentos. Mas, uma reflexão sobre o quanto a elite brasileira achou que perdeu no período de governo de esquerda e o quanto fez para retomar o posto de poder alinhando ódio, conservadorismo e falsa moral. Dessa forma, nada será considerado um absurdo, mas parte de um jogo, principalmente a manutenção de Lula na cadeia. Uma reflexão avaliando nossas reações a cada ação fascista é um exercício. A extrema direita pensa em perpetuar-se no poder político e nós precisamos ter a capacidade de entender cada movimento, buscando trabalhar uma ação para cada contradição, cada tropeço. O debate tem que ser permanente. Estar presente nas bases, levando pautas gerais e tratando das específicas ajudará a dialogar mais e melhor. O movimento de mulheres cresceu, mas precisamos de muito mais. Dar cada vez mais voz às mulheres, fazer da luta uma empolgante mobilização social. Tomar as redes sociais e as ruas. Fazer desses dois campos um palco de exposição das contradições e da mobilização de pessoas. Construir pequenos atos para alcançar melhor a periferia e adequar a nossa presença é importante. A ofensiva da direita apenas começou e promete ser grande e demorada. Nesse momento, é imprescindível colocarmos em prática a máxima: Ninguém larga a mão de ninguém.

- TIBURI, Márcia. Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro (2018). Ed. Record
- BEARD, Mary. Mulheres e poder: um manifesto (2018). Ed. Crítica

# *Poucas mulheres, muitas demandas*

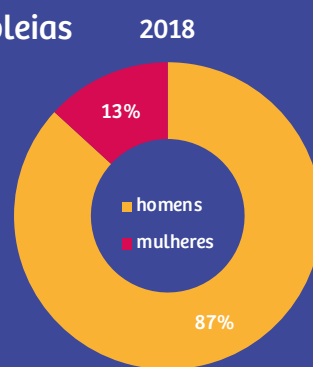
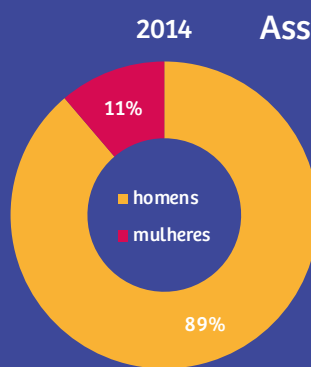
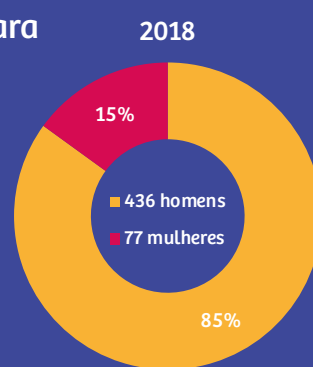
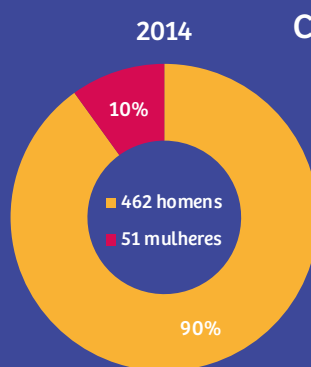
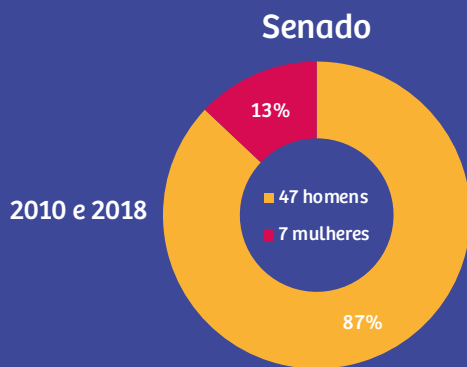
*As mulheres representam  
52,5% do eleitorado do  
país, mas continuam com  
pouca representatividade  
em cargos públicos*



**E**m 2018, o Brasil adotou, pela primeira vez, a regra que obriga os partidos a destinarem ao menos 30% dos repasses de campanha a candidaturas femininas. No entanto, o percentual de mulheres concorrendo quase não se alterou. Segundo a Justiça Eleitoral, dentre os candidatos aptos a disputar eleições, foram registradas 31% de candidaturas femininas (8,11 mil) e 69% masculinas (18,1 mil). Em 2014, foram 28,8% de candidaturas femininas (6,33 mil) contra 71,2% masculinas (15,65 mil).

Como resultado, a nova legislatura da Câmara dos Deputados registrou um pequeno aumento: 15% das cadeiras serão ocupadas por mulheres, em vez dos 10% da anterior (de 51 deputadas para 77). No Senado, a proporção de mulheres praticamente não se alterou: 15% das vagas será das mulheres (na legislatura passada eram 16%). São 7 senadoras eleitas e uma vaga de suplente assumida. Ao todo, a casa terá doze senadoras dentre os 81, uma a menos que o grupo anterior.

**Número de mulheres eleitas se manteve no Senado, mas aumentou na Câmara e nas Assembleias**





## “Os movimentos de mulheres foram ponta de lança nas questões humanitárias.”

A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) avalia: “É um crescimento muito lento (de mulheres no parlamento) e as desigualdades são enormes. Cresceu o número de assassinatos de mulheres negras no Brasil, cresceu a desigualdade. Do ponto de vista político, o país continua muito atrasado”. A parlamentar pondera que há uma quantidade grande de mulheres de orientação conservadora, ultraconservadora e de extrema-direita: “Isso põe em risco os direitos sexuais e reprodutivos. As mulheres são as primeiras a perder com a perda de políticas sociais e o avanço de uma agenda conservadora”.

Para a deputada federal Erika Kokay (PT/DF), diversas políticas para mulheres estão ameaçadas, entre elas as ligadas à segurança: “As

Casas da Mulher Brasileira (CMB) de diversos estados da federação passam, atualmente, por grave situação financeiro-orçamentária e estrutural. Com isso, muitas mulheres, vítimas de violência doméstica e outros tipos de violação de direitos, deixaram de ser atendidas”.

A proposta inicial da Secretaria de Mulheres da Presidência da República era construir 27 CMB, como parte do Programa *Mulher Viver sem Violência*. Atualmente, apenas duas estão em pleno funcionamento: Mato Grosso do Sul e Maranhão. A de Brasília foi inaugurada em 2015, mas foi interdita, três anos depois, por risco de desabamento. “É urgente que a CMB esteja de portas abertas para realizar o acolhimento das mulheres vítimas das mais diversas violências.

É urgente discutir medidas para assegurar o pleno funcionamento de todas as unidades dessa instituição”, ressalta Kokay.

Em relação ao avanço das pautas conservadoras, a deputada observa que Ideologia de Gênero, Escola da Mordça e posse de armas estarão no centro das discussões do atual governo: “O estado é laico. Não aceitaremos posições medievais em nenhuma política pública. Frases de efeito e pauta moral serão utilizadas à exaustão para encobrir as maldades que o presidente vai produzir contra os direitos e conquistas históricas sociais e das mulheres. Vamos resistir”, conclama.

Na avaliação de Alice Portugal, a grande novidade fica por conta dos movimentos das mulheres nas ruas. “Elas foram ponta de lança nas questões humanitárias, nas ondas migratórias, exigindo uma legislação que puna as fake news. Mulheres se organizaram com seus diversos matizes em defesa das liberdades. Se podemos dizer que há uma coisa nova no mundo, hoje, são os movimentos de mulheres. Isso nos diz que uma nova política é necessária, onde as ruas sejam mais ouvidas”.



## Violência política contra as mulheres no parlamento e nos espaços institucionais

Em comemoração aos 12 anos da Lei Maria da Penha (11.340/2006), a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com a Secretaria da Mulher da Câmara, debateu a violência política dirigida às mulheres. O evento ocorreu no dia 7 de agosto de 2018 e abordou a falta de espaço para a representação feminina, que configura uma situação de violência.

Na ocasião, **Erika Kokay** destacou que a violência contra a mulher no exercício da política se dá em diversos espaços, não só no Parlamento. Para ela, também é preciso que a mulher saiba lidar com as *ditaduras da perfeição*, as quais geram uma culpa, que corrói a autoestima. “A culpa, que vai atingindo as mulheres, adquire uma dimensão de uma ditadura da perfeição, porque elas não podem errar quando ocupam uma posição masculina”, concluiu.



Foto: Renato Alves

“Diversas políticas estão ameaçadas, entre elas, as ligadas à segurança.”

## Nome social na eleição

Nas eleições de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou o uso do nome social, nas urnas, pelos candidatos transgêneros e pelos eleitores. Além disso, mulheres e homens trans puderam entrar na cota feminina, que reserva 30% para mulheres nos partidos. O TSE contabilizou 6,28 mil eleitores com o nome de escolha impresso no título.

De acordo com o levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), as eleições de outubro registraram, pelo menos, 53 candidaturas de pessoas trans, número dez vezes maior que no pleito de 2014, quando a organização contabilizou cinco postulantes a cargos eletivos. O estado de São Paulo elegeu, pela primeira vez, uma deputada

transexual para a Assembleia Legislativa (Alesp), a ativista negra, educadora e artista Érica Malunginho (PSol), de 36 anos, que teve mais de 55 mil votos. Ao lado dela na próxima legislatura da Alesp também estará a transexual negra Erika Hilton, de 25 anos, co-candidata da Bancada Ativista (PSol), formada por nove militantes de diversas áreas.

# As presidentas do PT e do PCdoB analisam a conjuntura

Como é a presença de mulheres dentro dos respectivos partidos? Quais são os principais desafios aos direitos das mulheres para os próximos quatro anos? Como defender os direitos das mulheres em meio à conjuntura conservadora de extrema direita? Com a palavra, Gleisi Hoffmann, presidenta do Partido dos Trabalhadores (PT), e Luciana Santos, presidenta do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), vice-governadora de Pernambuco.

## Gleisi Hoffmann

“O PT é um dos poucos partidos com política afirmativa para a participação das mulheres em suas instâncias de decisão e estimula isso em sua militância. Hoje, 50% dos cargos dirigentes do PT são compostos por mulheres. Com esta política, avançamos também nos cargos representativos. Elegemos a maior bancada feminina na câmara, 10 deputadas, e dezenas de deputadas estaduais, vices-governadoras, além da única governadora de estado, a companheira, professora, Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte. Mas, ainda estamos longe do que é o correto, em termos de presença feminina nos processos de decisão. Nem sempre a presença formal no cargo garante a efetiva participação. Temos muito que melhorar. Muito.

Diante desse governo que se instala, o principal desafio é o da integridade física, eu diria. Temos de fortalecer e avançar na luta contra a

violência, criando uma grande rede de denúncia e solidariedade entre nós. O caráter misógino e violento, do presidente eleito, vai estimular ainda mais a violência contra a mulher na sociedade brasileira. E ela já é muito violenta.

**“Temos que fortalecer e avançar na luta contra a violência, criando uma grande rede de denúncia e solidariedade entre nós.”**

A conjuntura conservadora é um desafio que será mais difícil ainda, porque o governo que entra está fazendo uma investida contra o direito de todos os trabalhadores. Nessa empreitada, o direito das mulheres, que já é menor, vai sofrer mais regressão. Temos que fortalecer a luta dos trabalhadores e povo em geral, para não termos retrocessos, e conscientizar os companheiros de caminhada que garantir a igualdade de direitos é, também, um muro de contenção para evitar a perda de conquistas gerais”.

Foto: Divulgação



*Gleisi Hoffmann, presidenta do Partido dos Trabalhadores e deputada federal PT-PR*



Luciana Santos, presidenta do PCdoB e vice-governadora de Pernambuco

### Luciana Santos

“A presença das mulheres no PCdoB é irrefutável. É um partido que já teve várias mulheres presidentes de partidos estaduais. No Parlamento, na legislatura passada, éramos a bancada mais feminina na Câmara dos Deputados. Se olhar pelo desempenho no Congresso, as deputadas mais influentes estão concentradas no PCdoB, porque os cabeças dos deputados, que a gente tinha, eram as nossas deputadas mulheres. Nessa legislatura, temos uma presença muito forte de mulheres: quatro de nove. Isso revela que há uma determinação para que o papel das mulheres seja valorizado.

Sou muito cética. Vamos ter um governo de extrema direita e as primeiras vítimas são as mulheres. Se você olha a PEC dos gastos, significa mais cortes, menos equipamentos sociais para mulheres, menos investimentos em creches. No Brasil, nós tivemos pela primeira vez na história um ministério para cuidar das mulheres. Com o *impeachment*,

## “Precisamos fazer a resistência com o bom combate, disputar as narrativas.”

isso foi tudo para o ralo, o que dirá agora que o presidente eleito explicitamente se autodenomina um machista convicto. Então, as políticas transversais para a emancipação da mulher ficam ameaçadas. Temos muitos programas específicos, por exemplo, o de saúde da mulher. Em que hierarquia isso vai ser colocado no Ministério da Saúde? Outro é a Lei da Mordaga, que quer uma escola sem debates críticos, entre eles não quer discutir a violência praticada contra a mulher, nem sobre os diversos fenômenos que nos cercam. Temos um alto índice de violência contra a mulher e um

presidente que, de certa maneira, autoriza a violência. E assim, pessoa se vê no direito de fazer justiça com as próprias mãos. Imagino que isso subjetivamente vai aflorar como violência contra a mulher.

Primeiro, precisamos fazer a resistência com o bom combate, disputar as narrativas. Por mais que tenha existido *fake news* e manipulação, Bolsonaro foi eleito, perdemos a narrativa. Não é uma batalha qualquer. Em segundo, vamos ter de associar essa resistência à muita amplitude, no sentido de nos unir às pessoas que pensam muito diferente da gente em muitos assuntos. Vamos fazer como aconteceu um pouco na reta final do Haddad: personalidades de diferentes pensamentos passaram a se posicionar. Vamos contar com todos aqueles que se contrapõem a essa agenda. E em terceiro, precisamos de muita capacidade política para explorar as contradições que essa base política, que dá sustentação ao presidente eleito, tem. Vamos ter jogo de cintura”.

# Marielle presente!

**O**s assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSol/RJ) e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes, ainda não foram elucidados. As suspeitas recaem sobre o grupo miliciano "Escritório do Crime", cujos membros têm ligação com o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente. Quando deputado estadual, Flávio contratou a mãe e a esposa do capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, vulgo Gordinho, um dos líderes desse grupo.

O crime ocorreu no dia 14 de março de 2018 e chocou movimentos ativistas dos direitos humanos. Marielle criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar, denunciava abusos de autoridade, por parte de policiais, contra moradores de comunidades e prestava assistência às vítimas. Por tudo isso, há fortes suspeitas de que o crime tenha sido motivado por questões políticas.

O legado de Marielle, porém, continua vivo: diversas mulheres negras ativistas dos direitos humanos seguiram o exemplo dela e estão ocupando os espaços de poder. As ex-assessoras da vereadora Renata Souza, Mônica Francisco e Daniela Monteiro (PSol), vêm da militância em periferias e favelas, foram eleitas como deputadas estaduais no Rio de Janeiro. No âmbito federal, Benedita da Silva (PT/RJ) foi reeleita para a Câmara dos Deputados. A ex-governadora do Rio de Janeiro continuará reforçando a representatividade de mulheres negras no Parlamento com as deputadas Talíria Petrone (PSol/RJ), militante dos direitos LGBT e nona deputada federal mais votada no Rio, e Áurea Carolina (PSol/MG), eleita a mulher com o maior número de votos entre candidatos mineiros.





# Quando a brincadeira de boneca vira obrigação

**A** estudante Renata Silva\* (18) descobriu que estava grávida durante um tratamento para fazer uma cirurgia no seio, aos 15 anos, e conta que foi uma sensação muito estranha: “No começo assusta, porque a adolescência acaba e a gente vira mãe. Eu penso que agora não sou mais só eu. Agora somos nós; eu e a minha filha contra o mundo”, reflete.

Ela não está sozinha. De acordo com o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicado em 2018, o Brasil tem 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos. O índice brasileiro está acima da média latino-americana, estimada em 65,5. No mundo, a média é de 46 nascimentos a cada mil. Ainda de acordo com o estudo, a mortalidade materna é uma das principais causas da morte entre adolescentes e jovens de 15 a 24 anos na região das Américas.

Segundo a pesquisa *Nascer Brasil* (2016), do Ministério da Saúde (MS), 66% dos casos de gravidez em adolescentes são indesejados. O MS informa que, entre os anos 2000 a 2016, o número de casos de gravidez na adolescência (10 a 19 anos) teve queda de 33% no Brasil, segundo dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

*No Brasil, ainda é alto o número de mulheres que engravidam na delicada passagem da infância para a vida adulta. Reduzir esse índice passa por uma mudança cultural que envolve educação sexual, segurança da mulher e muito diálogo*

**Políticas públicas de saúde**

O Ministério também informa que o Brasil vem investindo em políticas de educação em saúde e em ações para o planejamento reprodutivo. Uma das iniciativas é a distribuição das Cadernetas de Saúde de Adolescentes (CSA), com as versões masculina e feminina. A caderneta contém os subsídios que orientam o atendimento integral dos jovens, com linguagem acessível, possibilitando ao adolescente ser o protagonista do seu desenvolvimento.

Apesar de ter acesso à informação e de saber da importância da camisinha, Renata e o namorado tiveram dificuldades em usar os métodos contraceptivos. “Na época, nós não ligamos muito para o uso da camisinha, porque não imaginávamos que íamos ficar *grávidos*”, explica a agora jovem mãe.

A história foi parecida com a da Juliana de Almeida\*, enfermeira, que teve uma filha aos 16 anos. “Eu tinha noção do corpo humano e que após

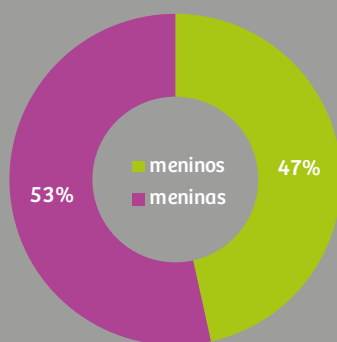
a menstruação eu poderia engravidar se tivesse relações sexuais. Mas não conhecia bem os métodos contraceptivos. Além disso, meu então namorado (na época com 21 anos) não gostava de camisinha. E não tinha como eu dizer pra minha mãe que eu queria um contraceptivo porque estava transando, sabe?”, recorda.

**Apoio popular**

Pesquisa do Instituto Datafolha aponta que, para a maior parte da população, educação sexual deve ser tema tratado nas salas de aulas do país. Foram ouvidas 2.077 pessoas, em 130 municípios, nos dias 18 e 19 de dezembro de 2018. O apoio à educação sexual nas escolas alcançou 54%. O endosso é maior entre as mulheres do que entre homens (56% e 52%, respectivamente). Quanto maior a escolaridade, maior também a anuência com a previsão desse conteúdo. Entre aqueles com ensino superior, o percentual é de 63%. Os que desaprovam totalmente somam 35%.

Para a enfermeira Juliana, as consequências de uma gravidez precoce foram cruéis. “A sociedade te vê como uma demente. É um olhar de piedade em cima de você. Tudo isso faz você achar que acabou, que a sua chance já foi, que você nunca vai ser bem sucedida. Ter um relacionamento? Surreal. Na minha situação estou casada e em terapia pra querer isso tudo novamente. Mas com outro gosto. Ter o que tenho hoje me deixou egoísta. Quero meu sossego, minhas viagens, baladas. Eu tive que ter responsabilidade muito cedo”, desabafa.

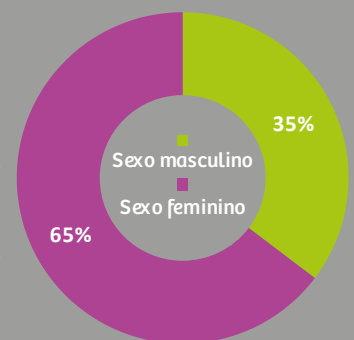
Sobre educação sexual nas escolas, Juliana avalia: “Hoje, minha filha tem 18 anos e escutou a vida inteira sobre isso. Acho que é importante educação sexual na escola, mas focamos muito em DST e ainda temos aquela cultura de que filho é bênção é melhor que ter uma doença. Mas não. Se temos métodos contraceptivos, precisamos usar. Precisamos de leitura e debates”, sentencia.



Em 2013 foram registradas 29.784 notificações de violências contra crianças de zero a 9 anos

Fonte: A publicação Viva: Vigilância de Violência e Acidentes 2013-2014.

No mesmo ano, foram registradas 50.634 notificações de violências contra adolescentes de 10 a 19 anos



## Consequências

A jovem Rayane de Assis\* teve apoio para continuar estudando, mesmo após o nascimento da filha. “Não parei de estudar em nenhum instante, eu ia pra escola até os nove meses e, logo após o nascimento da minha filha, eu esperei passar um mês e voltei a estudar. A minha filha ia junto comigo às aulas”, detalha. Ela ressalta que teve muito apoio, principalmente dos professores. “Eles seguravam ela no colo para eu fazer os trabalhos e quando ela ficava chorando os professores, às vezes, me liberavam mais cedo pra eu cuidar melhor dela em casa”.

Mas nem todas conseguem conciliar os estudos, Juliana teve que parar de estudar e hoje lamenta o tempo perdido. “Na época, eu achei que seria feliz. Hoje, vejo

que só atrasei em oito anos a minha independência, minha liberdade, meus conhecimentos”, pondera. Ela conta que teve que parar de estudar e só voltou depois de um tempo, atrasou a entrada no ensino médio e na faculdade, sem contar a morte repentina do pai da criança, quando ela ainda estava grávida de cinco meses: “Os avós paternos não queriam registrar a bebê. Procurei a justiça e consegui. Hoje ela recebe INSS”, relembra.

“O único ponto positivo é ela. É saber que eu consegui. Mas eu não precisava passar por isso. E se eu voltasse atrás, não faria”, desabafa Juliana. A família dela deu apoio financeiro e mesmo assim não foi fácil. “Final, quem ia contratar uma adolescente de 16 anos, mãe de um bebê e viúva? Ninguém queria nem me namorar! Quando comecei a

receber o INSS dela, eu decidi que era melhor eu bancar meus estudos e deixar ela na escola pública. Isso doeu. Em quatro anos me formei em Enfermagem, fiz residência e hoje eu pago pra ela um dos melhores colégios da minha cidade”. Aos pais de jovens adolescentes ela recomenda: “Observar. Atenção é tudo. Eles dão sinal de fuga. Prender demais é um tiro no pé. Liberdade demais também. Precisamos falar a língua deles. Filhos seguros e esclarecidos são a herança dos pais”.

## Tipos de violência em mulheres entre 10 e 19 anos

Fonte: A publicação Viva: Vigilância de Violência e Acidentes 2013-2014.

Agressão física

**56,5%**

Violência sexual

**34,1%**

Violência psicológica/moral

**27,9%**

## Vila Aliança

Organizações não-governamentais, que atendem crianças e jovens de baixa renda, também tentam colaborar para diminuir esses índices. Esse é o caso da Organização Não Governamental (ONG) Semente do Amanhã, na Vila Aliança, em Bangu, na Zona Norte do Rio de Janeiro (RJ). A fonoaudióloga Selmirami Nascimento, mais conhecida como Tia Selminha, dirige os trabalhos da organização e conta que, entre os jovens atendidos pela instituição, poucos passam uma gravidez na adolescência. Ela acredita que as próprias atividades desenvolvidas, como a Roda de Conversa com os adolescentes e os projetos culturais, ajuda a prevenir. “A gente faz um trabalho de prevenção, mas quando raramente acontece, a gente conversa com a jovem e o foco muda: a responsabilidade do filho passa a ser dividida com a família”, explica.

A vulnerabilidade social também é um problema que contribui para o alto índice de adolescentes grávidas. É o caso de Soraya Rocha\*, que aos 13 anos se descobriu grávida e só decidiu contar para a família depois de três meses de gravidez. O pai do bebê é um perigoso traficante da comunidade de periferia onde ela mora. Pela idade de Soraya, a relação sexual é considerada estupro de vulnerável. A mãe da adolescente, que trabalha como faxineira em casa de família, desabafa: “Eu sei que é um crime. Mas eu moro numa comunidade onde os bandidos acham que podem engravidar meninas de 13 anos. E fica por isso mesmo. Quando fiquei sabendo, eu fui atrás dele e bati nele. Eu o agredi, é um canalha. Pensei em dar um remédio pra minha filha não ter essa criança, porque eu não tenho condições de cuidar. Mas pensei melhor e achei que isso poderia acabar prejudicando a saúde dela e me complicar

na justiça”. Soraya conversou brevemente com a reportagem — disse que gostaria de dar um depoimento, mas como é muito recente ela ainda não consegue falar sobre essa gravidez, nem sobre expectativas.

Ao ser questionada sobre procurar a polícia ou denunciar, a mãe de Soraya explica que tem medo de morrer, pois está lidando com um traficante e, além disso, o tratamento no posto de saúde não reconhece a gravidade da situação: “Nós vamos ao posto de saúde para fazer o pré-natal. Mas eu já sei que lá eles vão me culpar, vão dizer que eu não cuidei da minha filha, que eu sou a errada. Eu me sinto muito envergonhada. Eu crio quatro filhos praticamente sozinha, só a minha filha mais nova (nove anos) tem pai — e ele atrasa a pensão. Não sou fichada (empregada com carteira assinada), mas nunca parei de trabalhar. Acho que a comunidade é que tinha que ser a primeira a entender que fazer filho nas filhas adolescentes dos outros é errado. Mas os traficantes acham que é certo, eles não ligam. Não acredito mais na justiça”, desabafa.

\*Omitimos os nomes reais das personagens para proteger as mulheres que compartilharam suas histórias íntimas.



Foto: Rio On Watch

ONG Semente do Amanhã dá apoio a adolescentes em situação de vulnerabilidade no Rio de Janeiro



## Entrevista: Keka Bagno

A assistente social Keka Bagno, conselheira tutelar e ativista do Fórum de Mulheres do Distrito Federal, conversou com a *Revista Matria* sobre esse índice elevado de gravidez na adolescência.

### **Como saber quantas gestações na adolescência são frutos de violência?**

No Brasil, o debate do aborto é extremamente delicado e sensível. É algo que a gente não consegue aprofundar como direito das mulheres, mesmo nos casos de aborto legal, (estupro, risco à gestante e gravidez de anencefálicos). No caso de adolescentes grávidas, as famílias acabam entendendo que a decisão pela interrupção da gravidez é do adulto e não da adolescente. Então essas adolescentes vêm sim a ter filho fruto de estupro. Tanto para adolescentes com menos de 13 anos ou mais, isso é muito comum infelizmente. Se você compreende que esse estupro, muitas vezes, vem pra dentro de uma relação doméstica (de um pai, de um padrasto, de um irmão), como essa família vai dar conta dessa criação, de todas essas problemáticas?

Geralmente a criança e o adolescente não conseguem compreender a própria violência que sofreram, e ainda vão ter que compreender a criança que virá sendo fruto de, provavelmente, algo destruidor que aconteceu em suas vidas. Então, a gente não conseguiu reconhecer o aborto em casos legais. Não temos políticas

públicas, hoje, na área da saúde, na área de infância e adolescência, que de fato façam uma divulgação, uma promoção desse direito que foi conquistado com muita luta pelos movimentos de mulheres. Não é em todos os lugares do Brasil que você tem um local seguro para fazer a interrupção da gravidez em caso de aborto legal. É necessário que a política pública se envolva mais nos casos de aborto legal, não só no período de abortamento como também, após o processo de interrupção dessa gravidez.

### **Quais políticas públicas podem apresentar resultados positivos na prevenção da gravidez de adolescentes?**

Acredito que as políticas públicas fundamentais são de promoção do que é o corpo da mulher e no que é o corpo do homem, considerando as múltiplas diversidades enquanto homens e mulheres. Seria importante a gente conseguir ter, de fato, um diálogo sobre isso dentro da casa ou no local onde esses adolescentes moram. A gente tem dificuldade de dialogar sobre isso nesses espaços coletivos. As crianças e adolescentes podem morar com avó ou avô, em lares. Precisamos dialogar sobre desejo, prazer, falar sobre camisinha e pílula. Mais do que falar com a menina é falar com os meninos: os homens precisam entender sobre a importância de ter uma relação sexual segura, prazerosa e com afeto. A gente consegue inclusive prevenir futuras violências.



Foto: Ascom DPU

### **Você acha que a educação sexual pode ajudar a diminuir esses índices?**

Acredito que a educação sexual é o principal fator. A gente tem esse tabu muito grande que é falar sobre isso. Quando você fala em educação sexual o que está sendo entendido hoje é o incentivo à sexualização. Como se fosse possível mudar a sexualidade, o gênero. Isso é extremamente individual do ser humano! Precisamos de uma educação que fale sobre cuidado do corpo, de você se amar, e isso é uma forma de diminuir esses índices.

### **Essa educação sexual pode ser feita em quais espaços? Na escola? No posto de saúde? Quais são os mais adequados, em sua opinião?**

Acredito que você tendo pessoas especializadas para fazer esse tipo de educação, respeitando as diversidades e os valores individuais, isso pode ser feito nos espaços de escola e postos de saúde. Nas escolas públicas, a gente não tem alcançado. A ausência de políticas públicas e educação tem mais morosidade de ocupar as periferias. Então, acredito que em escolas e postos de saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que têm comprometimento com essa pauta, dá pra ser feito um atendimento de qualidade.



## Gabriela Sancho Mena

Coordenadora Regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL).  
Mestre em pedagogia com ênfase em diversidade nos processos educacionais  
pela Universidad Nacional, Costa Rica. Licenciada em psicologia.

# Trabalhadoras da educação nos momentos de resistência: um olhar sobre o interior de nossas organizações

**A**s mulheres docentes, sindicalistas e militantes continuam proporcionando espaços de intercâmbio de experiências e conhecimentos político-organizativos. Esses espaços partem de um trabalho em rede que promove o diálogo, de alguma maneira permanente, e pretendem, entre outras ações, colocar a situação das mulheres sindicalistas na agenda sindical, democratizar o poder e implementar nessa estrutura a perspectiva de gênero e de classe.

A Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) é um organismo mundial que reúne mais de 32 milhões de trabalhadores em educação de todo o mundo. Suas políticas englobam a defesa da educação pública como um direito social, financiado pelo Estado, gratuito, laico e com cobertura para todas as crianças do mundo, assim como a defesa dos direitos dos trabalhadores em educação e dos direitos humanos. A IEAL incentiva a participação político-sindical das mulheres, a erradicação da violência às mulheres, entre outras ações.

Em particular, na região da América Latina, a IEAL, junto com seu comitê regional, implementou a *RED de Trabajadoras de la Educación* (Rede de Trabalhadoras da Educação). A RED é um espaço criado para as mulheres e que promove o diálogo crítico da realidade

e da conjuntura nacional e internacional. Da mesma forma, são discutidas temáticas relacionadas ao gênero e à política, economia, situações sócio-políticas e, naturalmente, à educação pública e ao sindicalismo.

A RED na América Latina promove encontros regionais e sub-regionais, que possibilitam a interação de mulheres de diversos países, culturas, etnias e realidades. Isso se refletiu na última Conferência Mundial de Mulheres, organizada pela Internacional da Educação em Marrakesh, Marrocos, em fevereiro de 2018, com a presença de quase 300 mulheres de todo o mundo. Uma delegação da RED da América Latina participou com desenvoltura destacadas por suas propostas politizadas e críticas sobre os temas desenvolvidos.<sup>1</sup>

Na conferência e nos encontros da RED, constata-se que 80% das filiações das organizações sindicais de trabalhadores em educação, na América Latina, correspondem a mulheres, mas ainda existe uma sub-representação da liderança feminina na própria estrutura organizacional. Um dos principais obstáculos para a participação política eficaz das mulheres é a dificuldade de conciliação entre a vida familiar e o sindicato. Da mesma forma, existem

<sup>1</sup> As Conferências de Mulheres são organizadas pela Internacional da Educação e ocorrem a cada dois anos. A primeira ocorreu em Bangcoc, Tailândia; a segunda em Dublin, Irlanda, e a terceira é a mencionada (realizada em Marrakesh, Marrocos).

barreiras, que impedem a participação das mulheres no sindicato. É necessário avaliar criticamente as funções desempenhadas pelas companheiras, os cargos que ocupam ou não, a relação com outras líderes e com os companheiros, para que a participação seja mais equitativa e igualitária.

É possível colocar em prática diversas estratégias para conquistar maior igualdade dentro de uma organização, por exemplo, com a sugestão de elaborar uma **Política de igualdade** (PI) na organização sindical. A PI é uma série de ações e um plano de trabalho que parte dessa realidade da organização sindical. Ela busca eliminar as desigualdades existentes. Para isso, é necessário vontade política bem como fazer um **diagnóstico** da participação e com perspectiva de gênero que consiga extrair as necessidades, problemáticas, expectativas e realidades das mulheres sindicalistas. Uma vez diagnosticada a situação, é realizado um plano de ação para elaborar a PI, implementá-la e dar-lhe um acompanhamento e uma avaliação.

Coincide com esta proposta o relatório regional da CEPAL, FAO, ONU Mulheres, PNUD, OIT (2013) que sugere que “Deveria ser traçado um mapa da presença de mulheres nas organizações de trabalhadores e os cargos que ocupam e, a partir disso, elaborar um plano de ação que promova uma maior participação delas em todo o tipo de cargo (não só os relacionados à área social ou da mulher)” (p. 223). O relatório faz um chamado à mudança cultural das organizações sindicais em relação ao gênero e à igualdade.

Propõem que “...os sindicatos precisam fortalecer sua prática com a inclusão na agenda dos assuntos de equidade e não discriminação. Atrair novos membros depende do fato de os trabalhadores e trabalhadoras sentirem que seus interesses são defendidos. A partir dessa perspectiva, a igualdade de oportunidades na agenda sindical é uma forma de aumentar a

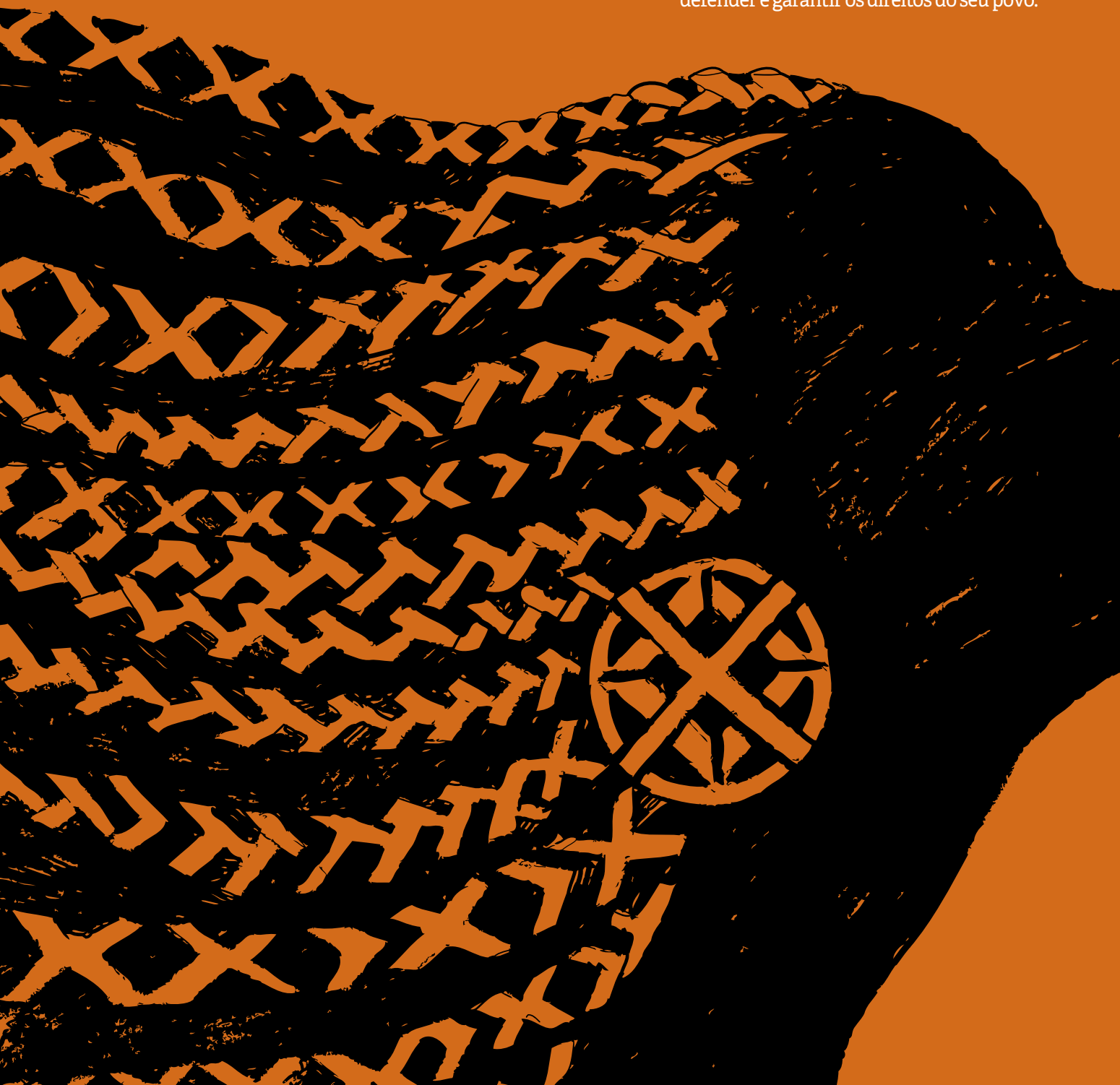
representatividade e a legitimidade das organizações.” (CEPAL, FAO, ONU Mulheres, PNUD, OIT, 2013, p. 224).

É necessário, agora mais do que nunca, aprofundar o papel do sindicato a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero. Estamos em um contexto de posicionamento da direita ultraconservadora e com políticas neoliberais e retrógradas. Estamos em momentos de muros, de *Apartheid*, de perseguição aos movimentos sociais, sindicais e estudantis, com novas escravidões, de novas migrações, mas, também, de maior resistência coletiva, de movimentos de mulheres com marchas massivas, lutando pelos direitos das mulheres, pelos sexuais e reprodutivos, por leis que garantam o direito de decidir por nossos corpos, pela defesa da educação pública e pelo direito à não violência contra as mulheres; estamos no momento de maior força social e temos a necessidade de repensar nosso interior para que as estratégias político-organizacionais sejam cada vez mais fortes. Devemos, como organizações sindicais da educação, continuar resistindo e propondo a defesa da educação pública e contra o mercado e o lucro em nosso setor. E, certamente, devemos, como organizações sindicais, fortalecer ainda mais as alianças com outros movimentos sociais, estudantis e feministas. E, acima de tudo, continuar interferindo nas políticas públicas que defendam a igualdade.

- CEPAL, FAO, ONU Mujeres, PNUD, OIT (2013). Relatório regional. Trabajo decente e igualdad de género. Políticas para mejorar el acceso y la calidad de empleo de las mujeres en América Latina y el Caribe. Santiago, Chile. Recuperado de: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@sro-santiago/documents/publication/wcms\\_233161.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@sro-santiago/documents/publication/wcms_233161.pdf)

# SOU MULHER, SOU QUILOMBOLA E TENHO O PODER!

**S**e existe uma palavra para definir o povo Quilombola, essa palavra é resistência. E, quando o assunto se refere às mulheres, o peso do verbete fica ainda mais forte. No Brasil, as mulheres quilombolas são exemplos de luta, superação e determinação. Contra tudo e contra todos, elas foram à luta e muitas buscaram seu empoderamento para, cada vez mais, defender e garantir os direitos do seu povo.





“O nosso povo construiu esse país e levantou o império e a riqueza do Brasil. Não vejo o país sem o nosso sangue, a nossa exploração. O império brasileiro não foi feito pelos europeus, pelo homem branco; o nosso sangue é a nossa marca”, comenta Sirlene Barbosa Correa Passold, 37 anos, do Quilombo Puris, uma comunidade a 35 quilômetros da cidade de Manga, em Minas Gerais.

No Brasil, há 3,1 mil quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares; o de Puris é um deles. Com 80 famílias, Sirlene acredita que a sua comunidade tenha aproximadamente 250 anos. “O meu avô é de 1913 e ele já nasceu na comunidade”, recorda.

Quilombola, Sirlene conta que, embora sua mãe tenha se casado com alguém fora da comunidade, ela nunca perdeu o vínculo e sempre esteve presente no quilombo. Em 2012, Sirlene se graduou em Serviço Social e retornou para a comunidade. “Foi quando percebi que o quilombo passava por dificuldades, com muita falta de informação, sobre direitos sociais”, conta.

Sirlene ainda concluiu mestrado, em 2015, pela Universidade de Brasília (UnB), com o tema: *A valorização da cultura afro-brasileira e da beleza negra*. “A gente vinha desenvolvendo este trabalho na comunidade e trabalhei justamente a autoestima das mulheres quilombolas, que se viam como pretas remanescentes de escravos”, disse.

Sirlene começou a desenvolver, com as meninas quilombolas uma espécie de resgate de suas identidades por meio de estilos, confeccionando roupas de chita, valorizando cada uma e a sua beleza. Para se manter em Brasília durante o mestrado, ela criou uma grife baseada na cultura Quilombola, a *Arte Negra*. “Foi uma maneira que encontrei de disseminar nossa cultura e ainda conseguir recursos para complementar a minha bolsa de estudos”, explica. Hoje, sua grife tem perfil nas redes sociais e vende as peças pela internet.

Próximo a Brasília, outro Quilombo rende exemplos de mulheres da comunidade que trabalham pela valorização e empoderamento da sua cultura. O Quilombo Mesquita, a 60 quilômetros da Capital Federal é a casa de Sandra Pereira Braga.

“Filha de João Antônio Pereira e Ovídia, nasci aqui. Um quilombo com 272 anos de história, no qual meus avós, bisavós e meus pais já moravam”. É assim que Sandra se apresenta. Formada em turismo, também fez teologia, e sempre teve seu foco voltado para o trabalho dos quilombolas. Atualmente, ela é coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

O Quilombo Mesquita tem 4,2 mil hectares e 780 famílias. O reconhecimento da comunidade veio por meio de um trabalho incansável de Sandra que, em 2003, deu entrada no processo de reconhecimento, que veio três anos depois, e teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território publicado em 2011.

O pai de Sandra conta que ela sempre foi incansável e que, por isso, recebeu do avô a incumbência de lutar pelas terras quilombolas. “Antes de falecer, meu pai procurou Sandra para ser a representante da comunidade e



Em 2003, Sandra conseguiu o reconhecimento do Quilombo Mesquita



Neze: concursada, não abandona a militância

passou o bastão para ela, porque era a única pessoa da comunidade, da família, que poderia tomar conta e falar sempre a verdade”, afirma João Pereira.

“Não tem sido fácil”, reconhece Sandra, que foi a primeira mulher vereadora da Cidade Ocidental, município ao qual pertence o quilombo Mesquita. “Como é difícil, como mulher, ter que impulsionar e trabalhar a soberania; alimentar, cuidar do meio ambiente, da casa, da família e também fazer o papel de mostrar o quanto isso é importante. Não podemos abrir mão!”, resiste.

Muda a unidade da Federação, mas não muda a realidade. Sentimento semelhante tem Xiforneze

Santos, 41 anos, do quilombo Caraibas, no município de Canhoba, em Sergipe. A área possui mais de três mil hectares e 160 famílias quilombolas. Mãe de nove filhos, Neze, como é conhecida, trabalha há 20 anos como merendeira na escola municipal Manoel Gonçalves Sobrinho. “Sou concursada e tenho formação na militância”, orgulha-se.

Três dos seus filhos moram fora do quilombo por necessidade de trabalho e estudos. “Um estuda Agroecologia e outro Serviço Social, e os demais concluindo ensino médio”, conta. Neze ressalta que a luta tem que ser constante, principalmente contra o sistema. “Tenho desenvolvido, com a comunidade, ações para que percebam a importância da comunidade, com discussões, ocupando espaços de conselhos, fóruns, tenho representado minha comunidade”, explica.

Assim, como Sandra, do quilombo Mesquita, Neze enfrenta fazendeiros da região que querem desconstruir e desmanchar o quilombo. As duas já sofreram ameaças: “até de morte”,

lamenta Sandra. Mas, segundo ambas, a luta quilombola não tem preço. “Precisamos nos unir e nos conscientizar ainda mais. E com o estudo e o empoderamento das mulheres, principalmente, vamos mais longe”, aposta Neze. “Acho que não podemos parar. É resistência mesmo”, completa Sandra.

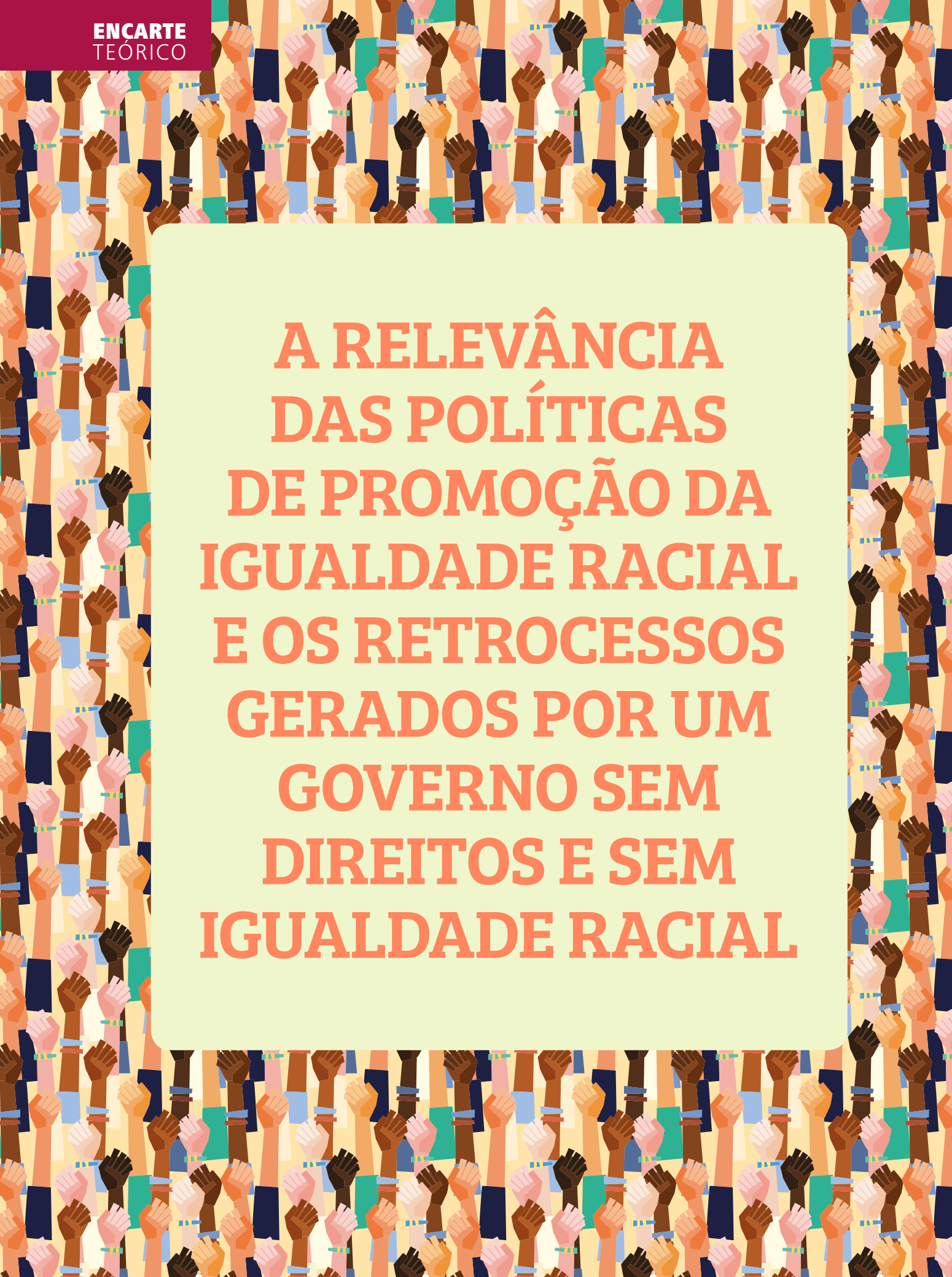
Sirlene concluiu mestrado da UnB



## Quantos são?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo recenseamento da população brasileira e organização de dados estatísticos socioeconômicos e demográficos oficiais do país, realizará em 2020 o primeiro censo da população quilombola do Brasil.

O Censo Demográfico do Brasil incluirá o perfil de comunidades quilombolas de todo território nacional. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Ministério dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a Fundação Cultural Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Fundo de População das Nações Unidas.

The background of the entire page is a dense, repeating pattern of raised fists in various skin tones (black, brown, tan, pink, white) and colors (blue, green, orange). The fists are raised in a gesture of solidarity and protest. In the center, there is a large, light green rounded rectangle containing the title text in a bold, orange, sans-serif font.

**A RELEVÂNCIA  
DAS POLÍTICAS  
DE PROMOÇÃO DA  
IGUALDADE RACIAL  
E OS RETROCESSOS  
GERADOS POR UM  
GOVERNO SEM  
DIREITOS E SEM  
IGUALDADE RACIAL**



**R**esumo: O presente artigo se propõe a discutir sobre questões relacionadas às Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Pir's) fomentadas pelos governos Lula e Dilma, em detrimento das medidas autoritárias adotadas pelos últimos governos, que afligem a sociedade e atingem diretamente a população negra do nosso país. Nessa perspectiva apresenta-se no primeiro momento um panorama das principais Pir's, enquanto produto de uma luta histórica do Movimento Social Negro, por conseguinte é apresentada uma breve análise sobre os retrocessos dos últimos governos, desde 2016, os quais vêm apresentando descompromissos com os direitos humanos e, principalmente, com as questões relacionadas às minorias da nossa sociedade.

**Palavras – Chave:** Políticas públicas, Igualdade racial, Racismo.

## Introdução

O presente trabalho tem como escopo elencar os avanços que o movimento negro e a sociedade brasileira obtiveram no período entre 2003 e 2016, no que tange à criação de leis que punam atos discriminatórios e promovam igualdade de oportunidades para a população negra brasileira, além de fazer uma breve análise sobre os desafios impostos pela atual quadra política em que se encontra o país, a qual aponta para impactos negativos no que diz respeito à implantação e implementação de políticas de promoção da igualdade racial.

É inegável que o combate ao racismo seja um compromisso de toda a sociedade, mas não se pode negar o papel central do Estado no processo de articulação de ações afirmativas consistentes para o enfrentamento dos desafios impostos pela própria história.

Diante disso, o presente artigo aborda dois pontos considerados relevantes para uma análise sobre as intervenções que vêm sendo implementadas e as dificuldades impostas à consolidação da temática voltada para desigualdade racial. Apresentadas nos itens 2 e 3, respectivamente, como: *panorama das políticas públicas*

*de promoção da igualdade racial no Brasil e Retrocessos de um governo sem direitos e sem igualdade racial.* Ao final expõe de forma sucinta algumas considerações em torno do desenvolvimento, ainda limitado, no campo dessas políticas e a necessidade da ampliação do debate em torno da desigualdade e da discriminação racial tão deletérias à nossa sociedade.


## Panorama das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil

Os indicadores que apontam a desigualdade entre brancos e negros no Brasil revelam uma profunda desigualdade racial, reconhecida internacionalmente como uma das mais perversas dimensões do tecido social brasileiro. Esse abismo racial existe, e é comprovado por meio de pesquisas e estatísticas que comparam indicadores socioeconômicos, apresentados sob responsabilidade de organismos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), dentre outros.

Os desafios para a superação das desigualdades raciais no Brasil são imensuráveis, por isso existe a necessidade de uma legislação que proteja os direitos humanos, mas essa por si só não basta, pois somente a partir de um processo efetivo de reeducação para a diversidade e a consolidação de políticas eficazes de combate à discriminação racial é que avançaremos na promoção da igualdade racial em nosso país.

No ano de 1988, o Movimento Social Negro e a população negra brasileira conseguiram inserir pela primeira vez, após a instituição da abolição da escravatura, a questão racial de forma positiva na Constituição Brasileira, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Estes são direitos fundamentais estabelecidos pela





Constituição. Outro marco importante foi “assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Outra grande vitória foi impetrar que na Constituição Brasileira constasse que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Ou seja, se formos analisar o fator tempo, iremos nos deparar com um século pós-abolição, que ocorreu em 1888, para uma primeira consolidação de fato, dos direitos da população negra, incidida na Constituição Brasileira em 1988. Depreende-se a partir desse acontecimento o quão difícil foi para os negros brasileiros terem seus direitos de cidadãos e cidadãs minimamente assegurados.

Existe um outro componente importante na Constituição de 1988, que é o artigo quinto, o qual reza ter o Estado a obrigação de promover a igualdade, ou seja, o Estado precisa garantir os direitos formais na lei, isto é, promover igualdade. Nesse caso, o artigo quinto assegurou o espaço para adoção das políticas públicas de promoção da igualdade racial.

A partir de então, somente em 2003 principiou um período de avanços nos indicadores socioeconômicos da população negra no Brasil, os quais atestam o impacto positivo das políticas universais implementadas pelos governos de Lula e Dilma, servindo, inclusive, de referência para políticas públicas similares desenvolvidas em outros países.

Nesse sentido, serão destacadas as principais iniciativas que se concretizaram como um passo decisivo para o enfrentamento ao racismo, à superação das desigualdades raciais e principalmente para que as ações afirmativas pudessem se consolidar tanto na sociedade como nos meios institucionais.

Dentre os marcos regulatórios, destaca-se a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), transformada em Ministério em fevereiro de 2008, responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial. A

constituição deste órgão pode ser encarada como um gesto inaugural do governo Lula no que diz respeito ao reconhecimento da causa negra. Para Munanga (2006, p. 186)

*As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade. Trata-se de uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico. Ao implementá-las, o Estado, o campo da educação e os formuladores de políticas públicas saem do lugar de suposta neutralidade na aplicação das políticas sociais e passam a considerar a importância de fatores como sexo, raça e cor nos critérios de seleção existentes na sociedade.*

Nessa perspectiva, a criação da Seppir sinalizou para o fortalecimento das ações afirmativas e para a construção de um projeto mais organizado de combate ao racismo, à discriminação e às desigualdades raciais. Em parceria com uma grande variedade de instituições governamentais como a Fundação Palmares e entidades do Movimento Negro, a Seppir adotou como missão a promoção e articulação de políticas de igualdade racial para superação do racismo e do mito da democracia racial, até então vigente na ideologia social brasileira.

Ainda em 2003, a Lei 10.639/2003 foi sancionada pelo presidente Lula logo no início de seu mandato. Sua implementação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluiu no currículo oficial o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. A Lei se apresenta como protagonista no tratamento dos conteúdos historicamente silenciados nos currículos de formação.

No ano de 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi), no âmbito do Ministério da Educação, responsável pela execução de programas como “Educação inclusiva: direito à diversidade”, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais. Outro marco importante no âmbito da educação das relações étnico raciais foi a efetivação do projeto “A Cor da Cultura”. Iniciado em 2008, o qual tem como objetivos elaborar, ofertar e revisar materiais didáticos audiovisuais sobre a cultura afro-brasileira, além de capacitar professores para o uso em sala de aula.

Munanga (2001, p.17) adverte:


*Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que consequentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.*

Então, cabe aqui uma reflexão sobre quão importante é o papel da educação no debate das questões relacionadas à raça, etnia, preconceito e discriminação racial. Os marcos legais citados são extremamente positivos, desde que sejam implementados verdadeiramente no chão das escolas, ações pontuais são pertinentes, mas infelizmente, não conseguem atender as demandas advindas de um processo histórico deformado e silenciado por longas datas.

No Ensino Superior destaca-se a “Lei das Cotas”, que dispõe sobre a reserva de vagas com critérios para estudantes da escola pública, negros e indígenas, definindo em no mínimo 50% o acesso destes às universidades federais e às instituições federais de ensino técnico de nível médio. É também de grande relevância a criação do Programa de Extensão Universitária (Proext) em 2011 e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-AF) em 2009, numa ação conjunta da Seppir e da CNPQ que oferece cerca de 800 bolsas por ano para estudantes cotistas de instituições federais de ensino.

No âmbito das políticas públicas para juventude foi elaborado em 2012, o Plano Juventude Viva, com um conjunto de iniciativas que envolvem oito ministérios, visando reverter as altas taxas de homicídios entre jovens negros.

Uma outra referência significativa dentro do panorama apresentado é Decreto Presidencial nº 4.887/2003, que estabeleceu os procedimentos para regularização das comunidades de remanescentes de quilombos. Considerando-se Quilombolas os grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Fruto do decreto supracitado, a Seppir lançou em março de 2004 o “Programa Brasil Quilombola”, que objetiva consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Estudos estimam a existência de mais de 3 mil comunidades quilombolas no



Brasil, no entanto, dados oficiais apontam para um número menor, de 1.948 comunidades oficialmente reconhecidas pelo Estado brasileiro, das quais sete são no Amazonas e estão localizadas nos municípios de Novo Ayrão (Quilombo do Tambor), Barreirinha (Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Tereza de Mutupuri e Trindade), Itacoatiara (Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa) e Manaus (Comunidade do Barranco, na Praça 14).

Na estrutura básica da Seppir, foi criado o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR), órgão colegiado de caráter consultivo, cuja finalidade é propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e em outros segmentos étnicos da população brasileira. No Amazonas, o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir) foi aprovado no segundo semestre de 2016, fruto de uma luta incansável do Movimento Negro local, aprovada e rediscutida em todas as versões realizadas da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), convocada por decreto presidencial e com forte mobilização da sociedade civil nas etapas municipais, estaduais e nacional. Para contemplar as demandas das Conapir's foi constituído o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir).

Em 20 de julho de 2010 foi sancionada a Lei 12.288 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. O Estatuto da Igualdade Racial estabelece em seu capítulo III a criação do Sistema Nacional de Igualdade Racial (Sinapir), aprovado e regulamentado pelo Decreto 8.136/2013, o qual estimula a proliferação de conselhos, ouvidorias e órgãos gestores de promoção da igualdade racial nos Estados e municípios.

O Programa Universidade Para Todos (Prouni) instituído em 2004, é sem dúvida, em termos redistributivos, uma política afirmativa de grande

impacto. Ele apresenta uma política de cotas para os que se autodeclaram pretos, pardos ou índios e optem por ser beneficiários deste sistema no ato da inscrição. De acordo com a Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação, o Prouni ofertou 1,27 milhão de bolsas e cerca de 635 mil foram destinadas a negros.

O Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa e Promoção de Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro (PNCT) foi apresentado em 2003 e tem por meta recuperar a autoestima dos adeptos de religiões como o candomblé e a umbanda, além do ensino às crianças da importância das crenças.

Lei 12.990/2014 que estabelece cotas raciais no serviço público, reservando 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais a candidatos pretos e pardos.

O Ministério de Relações Exteriores autorizou por meio de uma portaria, em 2010, reserva vagas para negros no concurso de admissão de diplomatas. Eles terão direito a reserva de 10% das vagas do concurso realizado pelo Instituto Rio Branco.

Alteração por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), a partir do censo de 2010, no modo de levantamento de dados relacionados ao recorte étnico, medida importante às necessidades de informação das instituições voltadas à definição de políticas para grupos étnico-raciais.

Criação do Programa Bolsa Família, o qual atestou que 93% dos titulares são mulheres e 73% das famílias são negras.

Construção, com incipiente implementação, da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instrumento que tem por objetivo combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no Sistema Único de Saúde, bem como promover a equidade e incentivar a produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra, na qual a incidência maior está a anemia falciforme, o glaucoma, a hipertensão arterial e o diabetes.



Apesar do panorama positivo que evidenciam conquistas na luta contra o racismo, os dados oficiais reafirmam a necessidade de mais e melhores ações afirmativas de caráter amplo na busca por igualdade racial no Brasil, e apesar dos feitos serem significativos, ainda há falta de sensibilidade por parte do Estado com a pauta da igualdade racial.

### **Retrocessos de um governo sem direitos e sem igualdade racial**

Um “presidente” não eleito democraticamente e um plano de governo com uma proposta extrema de ataque à democracia e aos direitos humanos, estampam os retrocessos incomensuráveis da gestão de Michel Temer no decorrer do segundo semestre de 2016 em nosso país. O desmonte foi abertamente anunciado no processo de nomeação da equipe de governo, o qual evidenciava a ausência de mulheres e negros, fato que ganhou repercussão internacional e sofreu críticas severas de organismos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), que em nota divulgada pela entidade, afirmou que “a redução, sem justificativa, de recursos destinados a programas sociais representa violação do princípio da progressividade, previsto em tratado internacional ratificado pelo Brasil em 1996”.

Como afirma Ferraro (2000, p.28) estamos diante de uma “redefinição do Estado em termos classistas, no sentido marxiano, com redução de suas funções de cunho social universalista, e da ampliação do espaço e do poder dos interesses privados, particularistas de acumulação”. A conjuntura já nos remetia a um profundo processo de exclusão social, ratificado por meio de medidas como cortes em diversos programas como Minha Casa minha Vida, Universidade Para Todos (Prouni), Financiamento Estudantil (Fies), além da nomeação para o Ministério da Educação o deputado Mendonça Filho, o qual sempre se colocou contra as cotas para negros

nas universidades. O cenário apontaria para um ataque radical à democracia, no qual a população negra seria atingida diretamente.

A extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos, órgão vocacionado para o desenvolvimento de políticas afirmativas da identidade histórica e social de milhões de brasileiras e brasileiros que ficaram silenciados e invisibilizados ao longo de séculos de opressão e dominação capitalista, demonstrava que direitos sociais adquiridos com muita luta seriam afetados diretamente por essa propensão ao equipamento neoliberal, assumida ilegitimamente pelo governo Temer.

Fernandes (2007, p.52) chama atenção para os problemas materiais e morais que envolvem a “população de cor”:

*Cabe aos próprios “brancos” um esforço de reeducação para que deixem de falar em “democracia racial” sem nada fazer de concreto a seu favor e fazendo muito no sentido contrário. Será difícil que o governo ou os próprios componentes da “população de cor” consigam êxito diante da indiferença do “branco” nesse assunto. É preciso que se compreenda que uma sociedade nacional não pode ser homogênea e funcionar equilibradamente sob a permanência persistente de fatores de desigualdade que solapam a solidariedade nacional. Além disso, tem de evoluir para noções menos toscas e egoísticas do que vem a ser uma democracia.*

No entanto, a derrocada imposta por um grupo usurpador dá sinais explícitos do retrocesso a um Estado oligárquico preparado para atender aos interesses de uma minoria patrimonialista, formada por representantes exclusivos da burguesia industrial, agrária, comercial, imobiliária e financeira, que preza pela exclusão da maioria da população.



## Algumas Considerações

Os programas de governo de Lula e Dilma são sem dúvida, passivos de críticas e falhas, mas é indiscutível que fruíram iniciativas com potenciais positivos na construção de políticas públicas voltadas para o impasse social que aflige parte da população, de maioria negra. Prova disso, são os indicadores socioeconômicos que apontam índices descomunais voltados para violência contra mulheres e jovens negros, desemprego, subrepresentatividade nos espaços de decisão política, elemento que pode ser analisado a partir do fenômeno conhecido com racismo institucional, instaurado de forma velada no cotidiano dos mais variados órgãos governamentais, privados e até mesmo em organizações que se autodeclaram progressistas e reconhecedoras do mal causado pelo preconceito e pela discriminação de cor em nossa sociedade.

Depreende-se desse estudo que no decorrer da nossa história, o povo negro foi e continua sendo exemplo de luta e resistência, ainda que as conquistas correspondam de forma tímida a um projeto de nação sem desigualdades sociais e raciais. É possível afirmar que os avanços foram positivos, em especial nos últimos treze anos, mas em contrapartida, o contexto atual demonstra uma determinada voracidade por parte do desgoverno de Michel Temer e recentemente Bolsonaro, em desarticular as políticas de promoção da igualdade racial que resultaram de ações afirmativas imprescindíveis para corrigir as situações de desigualdades, estabelecidas ao longo da nossa história.

Portanto, no momento em que a sociedade vive uma conjuntura de agravamento das contradições e impasses, no âmbito social, político e econômico, cabem iniciativas concretas que envolvam tanto a pesquisa e o empenho em compreender as condições sob as quais as diversidades raciais se revelam, seja na organização do mundo do trabalho, nos movimentos sociais, na expressão religiosa, como a mobilização social efetiva e forte contra o que está acontecendo no Brasil.

## Referências

1. Constituição da República Federativa do Brasil – **Artigo 5, dos direitos e garantias fundamentais**. Brasília, 2014.
2. Convenção 169 da OIT – **Estabelece o direito à auto-definição de Povos e Comunidades tradicionais**.
3. Decreto 4.887, **Regularização Fundiária de Terras de Quilombos**. Brasília, 2003.
4. Decreto 6.040, **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2007
5. FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. Revista. São Paulo, Global, 2007
6. FERRARO, Alceu. **“Neoliberalismo e políticas públicas: a propósito do propalado retorno às fontes”**, em Ferreira, Márcia Ondina. V.& Gugliano, Alfredo Alejandro (eds.) **Fragmentos da globalização na educação: uma perspectiva comparada** (Porto Alegre: Artes Médicas Sul), 2000.
7. GOMES, Nilma. **Cultura Negra e Educação**. Revista Brasileira de Educação. Cultura, culturas e educação. ANPED, n. 23, maio/jun/jul;ago. 2003.
8. Lei 12.288, **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, 2010.
9. MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo, Global, 2006.
10. **Superando racismo na Escola. Ministério da Educação**. 3. Ed. Brasília: [s.n], 2000.
11. IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo. Edusc, 2004.

**Elizangela de Almeida Silva**  
elizangela.mova@hotmail.com

Mestra em Educação e Políticas Públicas pelo Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.





# DO LUTO À LUTA

## Um grito contra o feminicídio

**A**driana, Adriele, Albane, Alessandra, Alice, Alícia, Amanda, Ana Júlia, Ana Maria, Ana Patrícia, Ana Paula, Andrea, Andressa, Andreza, Antônia, Ariane Suelen, Atyla, Bianca, Brenda, Camila, Carla, Cátia Suely, Cidcleide, Cláudia, Claudia, Claudiani, Cleide, Conceição, Creusa, Cristiane, Cristina, Daiane, Daniela, Danielle Stephanie, Darlly, Dayanne Joyce, Débora, Deigla, Delci, Denise, Dilma, Edilane, Edilene, Edilma, Edina, Edneia, Ednusia, Elaine, Eli, Ellen, Elza, Emile... A lista parece não ter fim. Parou aqui porque não cabe na página, mas vai até o final do alfabeto.

Esses nomes representam apenas uma parte da lista de casos de feminicídio registrados no Brasil, até outubro de 2018. Em 2017, mais de 1,1 mil brasileiras foram assassinadas por questões de gênero; uma média de três mulheres por dia, um terço do registrado em toda a América Latina, onde o índice é de nove feminicídios diários. Os números são do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres. A América Latina é considerada o local mais perigoso do mundo para as mulheres, fora de uma zona de guerra.

Aqui no Brasil, os números se espalham por todo o país. De janeiro a setembro do ano passado, 86 mulheres foram vítimas de feminicídio só no Estado de São Paulo. A quantidade de crimes desse tipo, em 2018, já era maior que em todo o ano anterior, quando 85 mulheres morreram em decorrência da sua condição feminina.

No Rio de Janeiro, os registros de casos de tentativa de feminicídio, em 2018, de janeiro

a outubro, foram de 246 mulheres vítimas de agressões, enquanto no mesmo período do ano anterior foram 208. Os dados são do Instituto de Segurança Pública (ISP).

No Distrito Federal, as estatísticas revelam que o número de mortes de mulheres, vítimas de violência, cresceu 42% em 2018, passando de 18 para 43 casos, de janeiro a novembro, quando comparado ao ano anterior. Os dados são da Secretaria de Segurança Pública.

O levantamento mostrou ainda que 51% das vítimas tinham entre 18 e 41 anos de idade e na maioria dos casos, elas foram vítimas dos namorados, companheiros ou maridos com quem convivem sujeitas a algum tipo de dependência, principalmente a financeira. O medo de denunciar é um viés destas trágicas estatísticas.

Em Brasília, apenas em um fim de semana, quatro mulheres foram vítimas de feminicídio. As vítimas tinham perfil diversificado, variando de mulheres moradoras da periferia até aquelas que pertenciam à classe média alta da cidade.

“Tivemos na Universidade de Brasília (UnB) a morte de uma estudante. E temos, por outro lado, casos em Brasília em áreas rurais e mais pobres, em que homens com certa idade, quase 60 anos, matam mulheres também de 60 anos. São crimes que não só acontecem entre as classes, mas também entre as idades”, lamenta Lia Zanotta – Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade de São Paulo (USP), autora do livro *Feminismo em Movimento* e professora titular de Antropologia da UnB.

## No DNA do país

Segundo Lia, a violência contra a mulher é algo sistêmico impregnado na história do Brasil que traz, ao longo do tempo, uma série de instrumentos que, no passado, legitimavam a violência e o cerceamento de liberdade das mulheres.

“As pessoas não sabem, mas os Códigos Penal e Civil, de longa data no Brasil, legalmente instituíram que as mulheres deveriam obedecer ao marido. Isso perdurou até 1962, quando o estatuto da mulher casada permitiu que ela pudesse trabalhar e viajar sem pedir a autorização do marido”, conta a professora. Ela relembra que o sistema jurídico, que vigorou durante o período do Brasil-Colônia, foi o mesmo que existia em Portugal e destacou as Ordenações Filipinas, salientando que, até 1900, se o homem desconfiasse que sua mulher estivesse em uma relação ou olhando para outro homem, ele podia matá-la. E isso era legal. “O contrário, entretanto, não era verdadeiro. Mulher nenhuma podia matar seu marido”, completa.

“Se imaginava que o valor social era manter a família, em nome do direito abstrato da mulher. Podia-se matar”, resume. “Este contexto faz a diferença; existir uma lei especial contra a violência contra as mulheres, para compensar o quanto nós mulheres tínhamos sido tratadas como desiguais, subordinadas em todas as legislações anteriores”. Basicamente, a igualdade de gênero só aparece na

Constituição Federal de 1988. A lei do Femicídio é de 2015, bem mais recente que a chamada Constituição Cidadã.

A realidade é que quando o assunto é violência contra a mulher, não existe local, classe social, faixa etária, doutrina religiosa ou mesmo noção de tempo e espaço. As estatísticas são implacáveis. Segundo o Instituto Patrícia Galvão, a cada dois minutos, uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha; a cada nove minutos uma mulher é vítima de estupro; a cada dia, três mulheres são vítimas de feminicídio; a cada dois dias, uma pessoa trans ou gênero-diversa é assassinada.

Foto: Katia Maia



*Lia Zanotta: a violência contra a mulher não tem dia, hora, local, raça, faixa etária ou crença religiosa*



# Principais agressões registradas em 2018



**30.918**

Violência física

**15.803**

Violência doméstica e familiar



**4.491**

Violência sexual

**7.036**

Tentativa de feminicídio

**23.937**

Violência psicológica

**3.960**

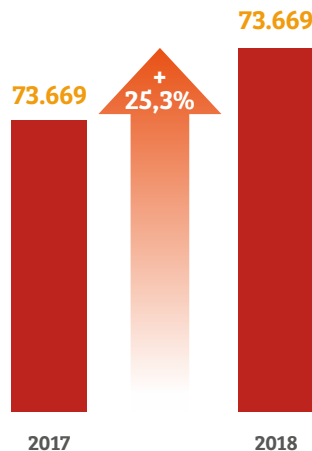
Violência moral



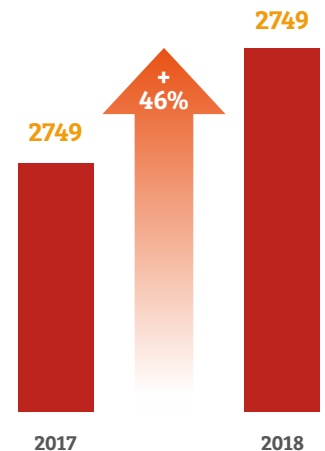
## Covardia contra a mulher dispara no país

Fonte: Disque 180 / Registros de julho a dezembro

Denúncias Disque 180



Tentativa de feminicídio



**3 mulheres  
são assassinadas  
por dia no Brasil**

Fonte: ONU Mulheres



**443**

Total de delegacias especializadas no atendimento às mulheres em situação de violência, menos de 10% dos 5570 municípios do país



Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

*Mais de 500 mulheres declararam ter sofrido violência sexual pelo médium João de Deus*

## **Não é de Deus**

O caso do médium João de Deus, denunciado no fim de 2018 por mais de 500 mulheres, que declararam ter sofrido violência sexual, revela o silêncio e o receio que acometem as mulheres quando vítimas de algum tipo de violência. Em apenas quatro dias, mais de 300 vítimas denunciaram o médium, até então conhecido internacionalmente pelo seu dom de cura. As denúncias que chegaram ao Ministério Público traziam relatos de vítimas de Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco,

Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará e Santa Catarina, além de outros países, como Holanda (a primeira mulher a denunciar) e Estados Unidos (a segunda).

Uma mulher relatou que foi abusada por João de Deus cerca de 20 vezes, durante atendimentos “espirituais” na Casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia (GO), entre 2009 e 2010. Ela tinha tudo registrado em um diário da época. A vítima contou que tinha 20 anos e que ficou deprimida e chegou a pensar em suicídio. “Eu pensava:

gente, não é possível que isso não vá ter fim”, disse.

“Há mulheres que tiveram a vida destruída, que tiveram dificuldades de se relacionar, de maridos que deixaram essas mulheres porque não acreditaram nos relatos delas”, explicou Silvia Chakian, promotora do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e coordenadora do grupo de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela faz parte da equipe que ouviu os depoimentos das mulheres que se declararam vítimas de assédio sexual pelo

médium. Silvia destaca que existe um machismo na sociedade brasileira. “Ainda tem uma dupla moral para julgar o comportamento da mulher”, disse em entrevista.

Segundo a pesquisadora Lia Zanotta, há uma questão do julgamento que se faz dessas mulheres, quando sofrem a violência e continuam nos ambientes em que são vítimas. “Nesse ponto, é uma ilusão dizer que elas ficam. Muitas vezes elas não saem porque sabem que a ameaça aumenta se deixarem seus companheiros. Então, existem muitos mitos que culpam as mulheres pelo fato de serem assassinadas”, afirma.

Ela avalia que o momento atual tem seu lado bom, porque a lei do Femicídio, se não conseguiu ainda diminuir os assassinatos nem a violência contra as mulheres, já mudou um pouco a opinião pública e terá efeitos positivos. A má notícia é o cenário que o Brasil atravessa de retrocesso no que se refere à tolerância em relação a uma sociedade mais justa. “O momento de hoje é de apreensão e expectativa porque, basicamente, a sociedade que queremos é de pluralidade e ética”, ressalta.

De acordo com Lia, a educação tem papel fundamental para que se possa trazer a moralidade e o respeito à pluralidade, à ética e ao outro dentro da família e da sociedade. “Mexemos na opinião pública e nas leis do país, mas falta mexer mais fortemente na educação, e digo familiar e escolar. As duas tem que vir juntas”, conclui.

## Novas armas contra as mulheres

Enquanto isso, o Governo Federal carrega com mais munição os índices de violência contra a mulher. No último dia 15 de janeiro, o Presidente Jair Bolsonaro assinou o decreto 9.685, que altera as regras para a posse de armas de fogo no país, tornando mais flexíveis os critérios para a sua aquisição.

Segundo especialistas em segurança pública, a literatura internacional mostra uma relação entre o aumento da circulação de armas de fogo e o crescimento do índice de homicídios por armas de fogo. E como o Brasil é um dos cinco países com maior número de feminicídios no mundo, o resultado dessa matemática aponta para uma estatística ainda mais alarmante.



# Então, vamos falar de superação?

Essas foram as primeiras palavras ditas por Kenya Silva Fernandes, de Belo Horizonte (MG), quando expôs sua vida em uma rede social. Uma história de abuso, violência, fuga, recomeço e superação. Não muito diferente da história de Karla Vecchia, de Cuiabá (MT), que ainda na adolescência, conheceu o mundo de agressões e de abusos.

Não muito diferente de centenas de milhares de mulheres, que souberam dar um basta no sofrimento e provaram, dia a dia, que há saída e esperança para quem se dispõe a lutar felicidade, pelo direito de ser mulher.

“Hoje estou bem, feliz e em paz. Dando valor para as coisas que realmente importam: mãe, família... minhas filhas”, comemora Karla, mãe de duas meninas, de cinco anos e de quatro meses. Mas para chegar a este ponto de lucidez e calma interior, ela passou por muita coisa. *Rapper*, ativista, feminista e autônoma, como ela mesma se define, Karla é uma ex-viciada em recuperação (está limpa há oito anos).

Dos 14 aos 20 anos, enfrentou a violência física e sexual. “Saí de casa cedo. Fui morar em casa de conhecidos, que só me ajudavam por que queriam algo em troca. Passei por vários episódios de violência com estranhos, mas a que mais me doeu, e a que até hoje ainda ecoa em mim, foi a que sofri

com o pai da minha filha mais nova”, conta.

Ágatha tem quatro meses e é fruto de uma relação que começou como tantas outras: “Ele era o

Hoje, com a devida distância, ela percebe que não foi ele que se transformou, mas ela que nunca o percebeu como realmente era.

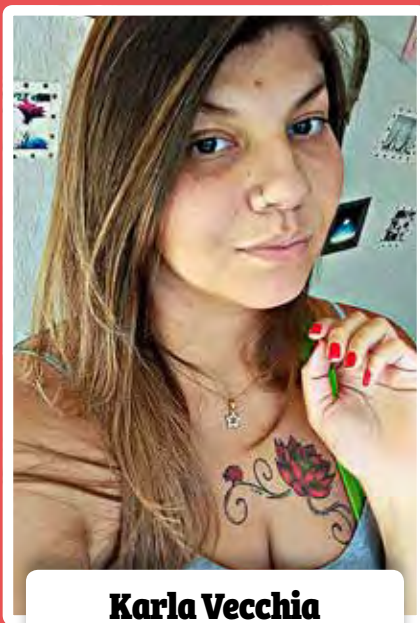
“Na verdade, desde o começo, ele me manipulava e eu não conseguia enxergar. Em pequenos detalhes: me proibia de falar com as pessoas, de usar certos tipos de roupas, não gostava que eu fizesse o cabelo... Eu achava que era algo normal porque eu também cobrava dele, mas já era abusivo, hoje eu vejo”, admite.

As agressões viraram xingamentos e “gorda” era o mais leve que ela ouvia. Karla chora ao lembrar da sua gravidez. “Ele foi preso e mesmo da prisão, ele me ligava e dizia que ia abrir minha barriga, tirar minha filha e eu morreria”, fala entre lágrimas.

Foi quando Karla decidiu deixar Cuiabá e ir para Itapema (SC), ficar próxima de sua mãe adotiva. “Minha mãe mandou passagem, para mim e minha filha mais velha. Fui à psicóloga, comecei a tomar antidepressivos, e então dei realmente início ao meu pré-natal. Contei tudo para a psiquiatra e foram elas que abriram minha cabeça. Eu achava que era a errada e tinha dúvidas se era realmente violência psicológica”, conta.

Karla voltou para Cuiabá com as duas filhas. “Quando a minha filha nasceu, parece que tudo o que eu vivi havia passado. Eu precisava sentir que eu tenho família porque

Foto: Arquivo pessoal



**Karla Vecchia**

Mora em Cuiabá-MT  
Duas filhas de 5 anos e 4 meses.  
Mãe e sou solteira

homem da minha vida”, disse. Ela se recorda que, no início do relacionamento, ele era uma pessoa maravilhosa. “Achei que Deus tinha me dado a melhor pessoa do mundo, mas era somente um personagem”, lamenta Karla.

O relacionamento não durou um ano. Segundo Karla, com a gravidez, ela começou a cobrar dele uma postura mais próxima. “E ele se sentiu oprimido”, disse. O grande amor virou um monstro.



eu me iludia que família era um homem, eu e os filhos”, explica. Karla sabe que agora tem uma “vida nova”. “Consegui me livrar de tudo no Natal de 2018. Foi quando percebi que eu estava feliz. Ele me ligou e pensei comigo: ele não faz parte da minha vida”, alegra-se.

“Sempre fui autônoma, vendo roupas masculinas, faço projetos sociais com o rap, temos um coletivo Mulheres do hip hop de Mato Grosso. Hoje, sou uma pessoa feliz e em paz porque vivi momentos de perturbação na minha mente. Fiquei destruída e desmanchada. Mas, fui forte, não voltei para as drogas”, conclui.

Kennya não conhece Karla, mas as duas representam bem essa triste realidade cotidiana, na qual mulheres são recorrentemente abusadas e violentadas de forma psicológica, física, verbal, social e financeira.

Filha de pai alcoólatra, viciado em drogas e pornografia, diagnosticado como doente mental, Kennya já começou sua vida conhecendo o pior do mundo. “Passei muita fome quando criança, era até desnutrida”, conta. “Cansada de sofrer, minha mãe se separou do meu pai e nós fomos enfrentar o mundo, sem eira nem beira... eu, ela e minha irmã”.

Prestes a se formar em Direito, Kennya faz uma reflexão sobre suas escolhas e comenta que começou a trabalhar aos nove anos, vendendo material de limpeza na rua. Estudava e trabalhava.

“Diálogo, em casa, quase não havia. Tive uma criação bem rígida e arcaica, daquela em que a criança abaixa a cabeça quando se fala com ela”, diz. O rigor não impediu que ela fosse abusada, aos 10 anos por um parente.

Foto: Arquivo pessoal



Ele tinha 22 anos. “Era uma pessoa que me defendia perante minha mãe, por causa do rigor dela. Ganhou minha confiança, até que veio o primeiro beijo. Fiquei chocada, mas não tinha como contar pra ninguém. Um dia, estávamos em casa e aconteceu. Eu não sabia o que estava errado, mas sabia que estava errado”, esclarece.

Depois do episódio, Kennya conta que sua vida virou um inferno, porque o parente, que era na verdade cunhado da mãe dela,

ao invés de continuar a defendê-la, começou a atacá-la. “Uma maneira de me coagir”, diz.

Aos 16 anos, ela saiu de casa, com um namorado, para viver sua própria vida. “Um mês depois, ele me agrediu. Pensei: vou ficar aqui, apanhando e passando raiva?”. Mas, Kennya engravidou. “Ficamos juntos por dez anos, por questões financeiras e principalmente a ideia de não voltar para a minha casa”, justifica, lembrando que, ao sair de casa, seu padrasto disse: “A partir deste momento, aconteça o que acontecer, você é só uma visita aqui em casa”, recorda.

Kennya aguentou, chegando até a morar numa loja com ratos e baratas por toda a parte. “Dali em diante, eu comecei a pensar que precisava fazer algo e não adiantava mais reclamar. Tracei metas: arrumei dois empregos, uma casa, conheci uma advogada, nova, e passei a perceber que as pessoas a tratavam com respeito. Saí transformada e decidida a ser advogada. De lá para cá, tudo mudou”, comemora.

Ela conta que hoje está separada do pai de seu filho, que já está com 11 anos, estagia no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e, paralelamente, trabalha como diarista em uma casa de família. “A mudança na minha vida veio de verdade quando a minha família passou a me respeitar, minha mãe percebeu que eu não era mais uma criança e hoje sou uma referência para ela e para todos”, afirma feliz.

# *Não é mimimi!*



---

**P**assada a ressaca pelos acontecimentos das urnas, no final de 2018, e pelos fatos, atos e declarações do novo Governo Federal – e de parte do seu *staff* – já no início de 2019, fica um sinal de alerta ligado nos corações e mentes de todos. A mobilização continua, porque há grandes conquistas e enormes avanços que não podem retroceder, ou toda a luta não terá valido a pena. O resultado das eleições não criou vitoriosos ou derrotados porque, entre um lado e outro, há um país a se defender.





*Marjorie: "Se há algo de positivo no meio dessa lama política, é perceber como tem crescido a força feminista"*

Aliás, na avaliação de quem faz parte de movimentos de resistência, antifascista, e pelos direitos democráticos a derrota nas eleições, para o candidato da direita, não foi suficiente para desfazer o sentimento de luta e de união que levou milhares de mulheres, de todo Brasil, às ruas, unidas por um só sentimento. Por isso, agora, depois da eleição, ninguém solta a mão.

"Murchar agora é impossível. O ano de 2018, apesar de ter havido um enorme retrocesso e uma discussão política extremamente violenta, a gente teve, enquanto mulheres e movimento, muito sucesso em mobilização política",

avalia Marjorie Nogueira Chaves, ativista pelos direitos das mulheres, pesquisadora, doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em História pela mesma instituição.

### Na rede

Entre dois mundos – o real e o virtual – o movimento #EleNão ocupou espaços de grandes proporções, ao longo do segundo semestre de 2018, e em 29 de setembro atingiu seu ápice, quando centenas de milhares de mulheres, em todo o Brasil e em outros países, saíram às ruas para fazer frente à candidatura do então deputado federal de direita, Jair Bolsonaro.

Na avaliação do Centro Feminista de Assessoria e Estudos (Cfemea), a diversidade da mobilização nas eleições trouxe importantes conclusões: "Deixou evidente, apesar das diferenças entre as mulheres presentes nos atos, a certeza de que juntas somos mais capazes de transformar o poder. É isso que queremos, mais mulheres juntas, para transformar a política e construir outras formas de exercício do Poder", conclui o estudo.

Na ocasião, o atual Presidente era apenas um candidato e a luta estava em plena efervescência. O resultado das urnas, no entanto, revelou o contrário e venceu o discurso ultraconservador de direita. Mas, como



se avalia em momentos estratégicos, perde-se a batalha, mas não a guerra.

“A gente precisa entender, também, que este não é um movimento somente do Brasil, ele está também na América Latina. Se a gente considerar a ida das mulheres para as ruas, na Argentina, também por conta da descriminalização do aborto, o movimento Nenhuma a Menos cresceu muito lá. Não tem mais como retroceder”, reafirma Marjorie.

### Mãos dadas

Para os especialistas, as eleições expuseram um discurso extremista de direita, marcado pela raiva. “Porém, não é de hoje que feministas, cientistas políticas, educadoras, ativistas têm denunciado que o Brasil – mas não só – tem experimentado, na política e na cultura, uma onda conservadora/reacionária”, avaliam as pesquisadoras Maria Ligia Elias, Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), e Denise Mantovani, jornalista,

doutora em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da UnB.

Assim, no momento imediatamente após as eleições, a mensagem que mais reverberou nas redes sociais foi “Ninguém Solta a Mão de Ninguém”, uma clara menção ao dia seguinte, ao choque de realidade que acreditam será preciso enfrentar pelos próximos quatro anos.

“Para a gente, este é um momento de muita coragem para enfrentar os desafios, mas requer força, união e solidariedade de cada um”, declara Maria José Moraes Costa, a Masé Moraes, da secretaria de mulheres da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

### Emblemático

O ano de 2018 foi absolutamente representativo para a história do mundo e do Brasil. O mundo viu completar 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o Brasil, os 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, a

chamada Constituição Cidadã. E foi justamente neste ano, que o país assistiu à sociedade dizer sim à onda de conservadorismo e movimento de direita.

“Depois de tantas conquistas que, no Brasil, vieram com a abertura pós-democrática, pós-ditadura, com a Constituição Cidadã, com toda uma mobilização da Constituinte em que todos os movimentos sociais participaram. A gente tem agora esta resposta – algo, aliás, que a nossa sociedade sempre foi; conservadora!”, desabafa Marjorie.

“Se há algo de positivo, no meio dessa lama política que estamos vivendo, é perceber como tem crescido a força feminista entre nós mulheres brasileiras, como temos conseguido resistir com nossas próprias cabeças, almas, corpos e vozes!”, analisam Natalia Mori e Sônia Malheiros, do Cfemea.

Para elas, a verdade é que a luta requer tempo e paciência. “Afinal,



Encontro de Mulheres da CNTE: após o choque das urnas, de mãos dadas para enfrentar os próximos quatro anos

Foto: Jordana Mercado



no Brasil, as mulheres foram autorizadas a frequentar a universidade em 1879; a acessar políticas de planejamento familiar para poderem ter domínio de seus projetos de vida; de quantas filhas, com quem tê-las e em que momento de sua vida ser (ou não) mães (Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996); igualdade de direitos para as trabalhadoras domésticas (Lei Complementar 150 de junho de 2015); direito a viver livre da violência de quem deveria nos amar (Lei nº 11.340/2006, Maria da Penha)", enumeram Mori e Malheiros.

### Olhar para frente

Para 2019, a expectativa é de luta redobrada. "A gente, desde o resultado das eleições, tem tido esta preocupação com a questão da violência e da repressão muito mais a florada. A gente está olhando com muito cuidado a questão do medo, mas não se pode apavorar", comenta Masé. Ela destaca a apreensão de como será a Marcha das Margaridas, por exemplo, neste ano de governo Bolsonaro.

"A princípio, a gente não consegue visualizar nenhum momento que haja abertura. A gente não consegue ver isso da parte do novo governo, mas trabalhamos numa plataforma da marcha. Infelizmente, a gente não consegue visualizar que uma pessoa, que não quer discutir direitos, queira dialogar com movimentos", lamenta.

Marjorie diz que o sentimento é de riscos ao que foi conquistado. "A gente fala de todas as mulheres, como um todo; das mulheres negras,



que são as que mais morrem por homicídio no Brasil. E, nos últimos 10 anos, este número só aumentou e significa que os instrumentos legais, de combate a violência contra as mulheres, ainda precisam dialogar com a perspectiva racial, para entender que o racismo também é vetor desta violência", ressalta.

No cenário atual, há de se preocupar com a perspectiva da participação das mulheres no mercado de trabalho, da reforma trabalhista e do fim do Ministério do Trabalho. "Observando, vai ser muito prejudicial para a classe trabalhadora, como um todo, e principalmente para as mulheres", lamenta a pesquisadora.

De acordo com Marjorie, é notório que a desigualdade, que já é discrepante, em relação à participação e principalmente aos salários, vencimentos recebidos e formalização, que ainda existe entre homens e mulheres irá se acirrar.

No fim das contas, para os movimentos sociais, as perdas parecem evidentes, e o país pode vivenciar, segundo Masé, uma fase de retrocesso e de perdas de direitos, além de muito conservadorismo. Assim, em sua avaliação, o retrocesso requer mesmo muita união.





Foto: Lula Marques

Movimento conclamado nas redes sociais, o #EleNão, tomou as ruas de todo o país



Foto: Lula Marques

Mulheres fazem a resistência nas ruas



Uma história narrada pelo jornalista Luís Nassif, que se passou nos tempos da ditadura militar no Brasil, nos barracos improvisados, onde funcionava o Curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Ele conta que, de noite, quando as luzes das salas de aula eram repentinamente apagadas, os estudantes buscavam as mãos uns dos outros, se agarravam ao pilar mais próximo e gritavam no meio do pavor: “Ninguém solta a mão de ninguém”, na tentativa de impedir que alguns deles fossem levados pela repressão. Depois, quando as luzes acendiam, faziam uma chamada entre eles. Mas, muitas vezes, um colega não respondia, porque já não estava mais lá.

Seguindo esse conceito, a imagem que viralizou imediatamente após as eleições de 2018, criada pela artista plástica e tatuadora mineira Thereza Nardelli, de 30 anos, mostra duas mãos entrelaçadas com uma rosa no meio delas e a frase: Ninguém solta a mão de ninguém. A frase, segundo Thereza, era repetida por sua mãe, como uma espécie de mantra, durante uma época em que sua família atravessava momentos difíceis.

“O desenho representar conforto, sabe? Que não estamos sós. Que tem gente perto e que a gente pode contar sim um com o outro”, avalia a tatuadora, para tentar explicar o sucesso da imagem que criou.





## Yamile Socolovsky

Secretária de Relações Internacionais - CONADU

# Uma maré verde que constrói liberdade

**A** luta pela legalização do aborto tem uma longa história na Argentina: sua incorporação na agenda de lutas do movimento de mulheres faz parte do processo de desenvolvimento de um feminismo que avançou de expressões originariamente vinculadas à militância de alguns setores políticos minoritários e a uma intelectualidade que recuperava e traduzia para as argentinas os debates e as palavras de ordem impulsionadas em outras latitudes, para uma configuração massiva, aberta e plural, que amadureceu nos Encontros Nacionais de Mulheres e, hoje, torna-se visível na “maré verde” que vem ocupando as ruas de todas as cidades do país repetidamente, colocando no espaço público a urgência e a justiça de uma reparação desta dívida da nossa democracia.

Um passo decisivo nesta história foi a constituição, no ano de 2005, da Campanha pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito. Uma construção que foi somando vontades e que, pouco a pouco, conseguiu ir ganhando a adesão de uma enorme variedade de organizações e instituições representativas da vida social. Sindicatos, partidos políticos, universidades, organismos de defesa dos direitos humanos e coletivos militantes de cores variadas puderam apropriar-se do Projeto de Lei da Campanha e unir-se à sua estratégia de sensibilização e mobilização que, em conjunto com um paciente e inteligente lobby

parlamentar, permitiu, após várias tentativas, que a proposta legislativa fosse debatida em 2018 no Congresso Nacional.

Neste ano, a última versão do Projeto da Campanha foi assinada por mais de 70 deputadas e deputados de quase todos os blocos parlamentares, em um contexto de crescente mobilização do movimento de mulheres, potencializado pelas convocações do Nem Uma a Menos contra a violência machista e, desde 2016, também contra as políticas de ajuste e repressão do governo neoliberal. Mobilizadas contra todas as violências às quais a cultura patriarcal e o sistema capitalista nos submetem, a penalização do aborto e a condenação à clandestinidade também foram compreendidas como um exercício abusivo do poder sobre as mulheres e as pessoas com capacidade de gestar. É assim que a reivindicação de reconhecimento legal do direito ao aborto, em uma perspectiva integral que exige também uma política pública que assegure a educação sexual e o oferecimento de métodos anticoncepcionais, foi incorporada como um aspecto central da mobilização que, nesta etapa, ganha toda a vitalidade de um feminismo popular capaz de convocar a juventude e de crescer no interior das organizações políticas e sindicais com uma força inevitável.

É assim que, frente à tentativa do governo de converter essa justa causa e essa ampla luta em uma oportunidade para desviar o eixo do



debate social, o movimento de mulheres redobrou a aposta para fazer avançar o debate parlamentar habilitado pelo oficialismo em direção a uma resolução favorável das votações. E respaldou essa aposta com a mobilização nas ruas e o debate democrático, replicado de mil maneiras em cada cidade, em cada praça, em cada local de trabalho, em cada escola e universidade, nas redes, em assembleias, em intervenções artísticas, em todo os âmbitos em que os lenços verdes puderam ser exibidos para colocar à prova e demonstrar a legitimidade social dessa reivindicação. O agitar dos lenços e as vigílias acompanharam cada uma das audiências nas quais foram expressos com todas as modulações imagináveis nossos argumentos a favor da sanção da Lei.

Ali estiveram também muitos sindicatos e, obviamente, também os sindicatos da educação, que puderam expor no Congresso os motivos pelos quais nossas entidades se pronunciaram publicamente a favor da sanção da Lei. Como indicamos na ocasião, é uma realidade que nós, trabalhadoras, quando decidimos interromper uma gravidez, abortamos, mesmo sujeitas às condições de clandestinidade que a penalização impõe e expostas às suas injustas consequências: o silêncio e a ocultação obrigados pela hipocrisia da sociedade, a coação das corporações eclesiásticas, a perversidade do negócio de uma medicina que lucra na sombra, o risco para a nossa continuidade profissional e para nossa vida, que será maior quanto mais vulnerável e precária for nossa situação, no âmbito do trabalho ou no espaço doméstico. O posicionamento dos sindicatos é uma exigência da própria tarefa sindical e um dever de solidariedade, pois se trata de pôr fim a uma das mais dramáticas consequências da desigualdade de poder em nossa sociedade, que afeta especialmente as trabalhadoras. Por isso, sustentamos que a legalização do aborto é um assunto relativo à justiça social e envolve direitos fundamentais, como

o acesso à saúde. A clandestinidade agrava as consequências da desigualdade de condições sociais; a ausência de políticas públicas condena à morte e a sofrimentos evitáveis especialmente as mulheres pobres.

Temos, além disso, como sindicatos da educação, um compromisso especial com a disputa pela democratização dos espaços e processos de formação da cidadania. Por isso, nossos argumentos também apelam aos governos para que assumam a responsabilidade do estado de garantir que a educação sexual integral no sistema público permita que os alunos e alunas desconstruam, junto com seus professores, as armadilhas culturais que reproduzem o poder patriarcal que impõe a maternidade às mulheres e, em geral, às pessoas com capacidade de gestação, e que castiga o exercício elementar de autonomia pessoal que reside na capacidade de decidir sobre aquilo que afeta o próprio corpo e a própria vida. Trata-se, além disso, de um assunto relativo à autonomia, ao nosso direito de decidir e de não ter que pagar com a estigmatização, com a culpabilização e até com a morte pela rebeldia de exercê-lo. Esta é uma luta profundamente democrática, uma luta pela igualdade e pela liberdade: queremos apagar o fogo da fogueira que uma cultura opressora sempre volta a acender para disciplinar, através de nossos corpos, toda a sociedade.

Finalmente, após ganhar a votação na Câmara dos Deputados, o Senado rejeitou em agosto o projeto de Lei. Apesar do resultado, naquela madrugada, a vigília de centenas de milhares de lenços verdes não teve o gosto de uma derrota. E embora um preocupante fascismo e obscurantismo tenha se manifestado nestes meses na ativação reacionária de um setor “antidireitos”, temos certeza de ter conquistado a aprovação da maioria da sociedade. Mas, sobretudo, temos certeza de que o poder deste movimento não se deterá. Voltaremos, como a maré, até que seja lei.



## Um dia para todo o tipo de família

Na escola da diretora Keith e da supervisora pedagógica Hozana, o dia da Família é celebrado há 18 anos

**E** stá no dicionário: família é o conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto; pessoas do mesmo sangue ou não, ligadas entre si por casamento, filiação ou mesmo adoção (...). Em outras palavras, família extrapola conceitos pré-determinados e engloba toda e qualquer formação e/ou constituição, independente de ser formada por um pai, uma mãe e filhos; dois pais ou duas mães e filhos ou qualquer outro tipo de conjunto.

Assim, tem sido uma tendência, em escolas de todo o país, a realização do Dia da Família em vez de o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Uma alternativa politicamente correta “que contempla a todos e envolve

todas as formações familiares”, explica Keith Soares Alves, diretora da Escola Classe 12, localizada em Taguatinga, Região Administrativa (RA) de Brasília a 30 Km do centro da Capital Federal.

O Dia da Família – ou Festa da Família, como preferem algumas escolas – já é uma realidade, principalmente na rede pública de ensino. Na EC 12 de Taguatinga, a data é comemorada há 18 anos. Os mais de 400 alunos, do primeiro ao quinto ano, já estão acostumados com a festa, que acontece sempre no mês de maio, próximo ao Dia das Mães.

“Na verdade, o perfil da nossa escola é estar de mãos dadas com a família. A gente tem muitos alunos com problemas familiares que não

tem pais, ou são filhos de viciados em drogas ou presidiários. Então, o nosso foco é trabalhar sempre com a família”, explica Keith.

O Dia da Família é uma alternativa também de respeito à diversidade. Em 2018, Alexandre Marques, advogado e professor, decidiu tirar seu filho de quatro anos de uma escola particular, porque não concordou com o modelo de realização do Dia das Mães.

“Tive um grande embate com a escola porque, na primeira festa, que é a das mães, no mês de maio, vivi o constrangimento horrível de receber um bilhete falando da lembrança do dia das mães. Eu pontuei que meu filho não iria participar por uma única razão: ele não





Alexandre e Jr adotaram os irmãos Luiz Felipe e Marcos Vinicius

tem mãe. A escola chegou a pontuar que eu não me preocupasse porque a minha mãe poderia ir no lugar da mãe do meu filho”, contou.

Alexandre é casado com o dentista Inelson Junior e os dois adotaram dois meninos há três anos: o Luiz Felipe, de quatro anos, e o Marcos Vinicius, de 13 anos. Ambos viviam em um abrigo em Trindade (GO).

“Eles sempre tiveram dois pais e expliquei para a escola que só aceitaria que a minha mãe fosse à festa se eu, Alexandre Marques, pudesse subir no palco e fazer as apresentações para homenagear a mãe que é minha. Ouvi a seguinte resposta: pai, você é muito brincalhão”.

Celebrar a família, na opinião do advogado, é um ato de respeito à criança. Porque o contrário, avalia ele “é um ato egoísta nosso homenagear o pai ou a mãe e não se preocupar se a criança, por exemplo, perdeu o pai ou a mãe em acidente. Então, celebrar o dia da mãe ou do pai seria celebrar a morte deles?”, polemiza.

Ele se baseia na própria história com o pai, com quem sempre teve problemas de relacionamento e, no

entanto, era obrigado a fazer lembrancinha do Dia dos Pais. “Minha mãe nunca bateu na minha cara, exceto uma vez, num Dia dos Pais em que a escola pediu para fazermos um presente para o pai e eu fiz o meu porcamente”, relembra.

José Messias Araújo Laurentino, 42 anos, é outro pai que apoia o Dia da Família. Para ele, a escolha por celebrar a data é um avanço. Ele é casado com Dalmiro Oliveira de Jesus, 41 anos. Os dois moram em Goiânia e têm o Enzo, filho de 11 anos, adotado.

“Nosso filho é muito bem instruído. Nunca negamos a questão

materna”, disse e conta que quando a professora pediu para ele fazer um poeminha em relação a mãe “ele conversou com outro colega e pontuou: como vou falar de mãe, sendo que eu tenho dois pais e sinto orgulho deles”. Messias avalia que esse é um tipo de situação que acaba trazendo à tona na vida das crianças “um sentimento de abandono. Porque se a mãe abandonou, esse momento vai ser muito dolorido para ela”, disse.

José Messias concorda que para a criança o Dia da Família não é só importante pela questão LGBT, mas porque a família mudou. “Hoje a família não é formada apenas por um pai e uma mãe, tem famílias em que avós e até tios assumem esse espaço”, lembra.

“Realizar o Dia da Família é, acima de tudo, uma questão de respeito”, defende Hozana Costa, supervisora pedagógica da EC 12. “Na escola, a gente sempre foca na questão do respeito à pessoa como cidadã, independentemente de cor, raça ou gênero. É um ser humano. Temos que respeitar”, enfatiza a pedagoga.



Para José Messias, casado com Dalmiro, o Dia da Família é importante porque o modelo de família mudou

## Mafalda: 50 anos de feminismo em tirinhas ▶

Em 2019, a personagem Mafalda completou 50 anos. Criação do cartunista argentino Quino, a mocinha se destaca por provocar reflexões em questões como maternidade, guerra, infância e temas feministas.

*Mafalda: Femenino Singular* é a nova compilação das tirinhas feita pela editora espanhola Lumen, que pretende mostrar o que faz da personagem um ícone na luta das mulheres em diversos países do mundo.



## ◀ Manifestação: barreira de mulheres alcança 620 quilômetros na Índia

Em manifestação a favor da entrada de mulheres em templos hindus, milhares de mulheres formaram uma espécie de “barreira humana”, com 620 quilômetros de extensão, em Kerala, sudeste da Índia, no 1º de janeiro de 2019. O protesto foi uma resposta aos tradicionalistas que tentaram purificar o templo hindu de Sabarimala, após a visita de duas mulheres, Bindu e Karnaka Dung. Elas desafiaram uma tradição de séculos que proíbe a entrada de mulheres em idade reprodutiva nos templos. A suprema corte do país retirou o banimento há cerca de três meses, provocando revolta de grupos conservadores.

## Mais mulheres e mais diversidade no Parlamento dos EUA ▶

A representatividade feminina nos Estados Unidos aumentou: nas eleições legislativas para o novo ciclo, foram eleitas 117 mulheres para mandatos na Câmara e no Senado, de um total de 534 congressistas; enquanto no último ciclo, em 2016, foram 89 mulheres. Chama a atenção a diversidade das eleitas: as deputadas Ilhan Omar, de Minnesota, e Rashida Tlaib, de Michigan, são as primeiras mulheres muçulmanas, na história, eleitas para o Congresso norte-americano. Ilhan é a primeira parlamentar de origem somali. Além disso, foram eleitas deputadas pela primeira vez no país, duas mulheres de origem indígena, Sharine Davids, da nação Ho-Chunk, do Kansas, e Deb Haaland, da tribo Pueblo de Laguna, do Novo México

Ilhan é a primeira parlamentar de origem somali. Além disso, foram eleitas deputadas pela primeira vez no país, duas mulheres de origem indígena, Sharine Davids, da nação Ho-Chunk, do Kansas, e Deb Haaland, da tribo Pueblo de Laguna, do Novo México



## ◀ Islândia é o primeiro país a proibir pagamento de salário inferior a mulheres

Em 1º de janeiro entrou em vigor, na Islândia, a lei que proíbe às empresas e ao setor público pagar salários maiores a homens que a mulheres. Órgãos governamentais e empresas do setor privado com mais de 25 funcionários terão que obter certificação atestando a existência de políticas de igualdade salarial efetivas em sua organização. O não cumprimento dos requisitos será penalizado com multas diárias de cerca de R\$ 1.620. A medida torna a Islândia o primeiro país do mundo a ter a igualdade salarial como obrigação.





## Sugestões de leitura

**HEROÍNAS NEGRAS BRASILEIRAS** (Pólen Editorial, 2017) » Jarrid Arraes apresenta 15 biografias de mulheres negras que foram fundamentais para a construção do nosso país e da nossa história, entre elas Tereza de Benguela, Maria Firmina dos Reis e Aqualtune.

**MADALENA, ALICE** (Editora Nós, 2018) » Alice é a filha que cuida da mãe Madalena com doença de Alzheimer. Madalena é a mãe até então ativa e independente que se vê nas mãos da filha e idealiza um filho que foi cuidar da própria vida e não a incluiu. A autora Bia Barros retrata esse relacionamento entre mãe e filha que convivem com essa doença.



## Séries

**A AMIGA GENIAL** (EUA/Itália, 2018) » A primeira temporada da série inspirada no livro “A amiga genial”, da Elena Ferrante, estreou no Brasil. O principal tema é a amizade entre duas meninas na Itália da segunda metade do século XX e o poder da educação para a emancipação das mulheres.

**O CONTO DE AIA** (EUA, 2017) » Série baseada no livro homônimo da escritora canadense Margaret Atwood. Offred é uma criada na casa do líder da República de Gilead, uma das últimas mulheres férteis, o que a leva ser utilizada como escrava sexual que irá repopular o planeta devastado.



## Documentários

**EXTERIORES - MULHERES BRASILEIRAS NA DIPLOMACIA** (Brasil, 2018) - Documentário marca o centenário da presença de mulheres na carreira diplomática e resgata, entre outras histórias, a da jovem baiana que, em 1918, se tornou a primeira mulher diplomata brasileira. Direção: Ivana Diniz.

**AS HIPER MULHERES** (Brasil, 2012) » Registro sobre o Jamurikumalu, o maior ritual feminino do Alto Xingu, no Mato Grosso. Direção: Carlos Fausto, Leonardo Sette e Takumã Kuikuro.

**MISS REPRESENTATION** (EUA, 2011) » “Falta de representação” é uma reflexão sobre como as mulheres são retratadas nos meios de comunicação e o poder da mídia para a construção das identidades de meninos e meninas. Direção: Jennifer Siebel Newson.



## Filmes

**ROMA** (EUA/México, 2018, 135 minutos) » Inspirado na autobiografia do diretor Alfonso Cuarón, Roma se passa na Cidade do México, durante a década de 1970, e acompanha a rotina de uma família de classe média pelo olhar da babá e empregada doméstica. O filme retrata as contradições de classe e a história de trabalhadoras domésticas da América Latina.

**NISE: O CORAÇÃO DA LOUCURA** (Brasil, 2015, 108 minutos) » Filme trata da biografia da doutora Nise da Silveira, médica de um hospital psiquiátrico no Rio de Janeiro que se recusa a empregar o eletrochoque e a lobotomia no tratamento dos esquizofrênicos. Direção: Roberto Berliner.

**O SONHO DE WADJDA** (Alemanha/Arábia Saudita, 2012, 100 minutos) » Wadja é uma menina de 12 anos que mora no subúrbio da capital da Arábia Saudita. Apesar de viver em uma cultura conservadora, Wadja deseja disputar uma corrida de bicicleta com seu melhor amigo Abdallah e enfrenta dificuldades para realizar seu sonho. Direção: Haifaa Al Mansour.

**ROSA LUXEMBURGO** (Alemanha, 1986, 123 minutos) » Em 2019, o assassinato de Rosa Luxemburgo completou 100 anos, uma das grandes líderes do movimento operário revolucionário alemão. O centenário é uma oportuno para rever o filme. Direção: Margarethe von Trotta.



## Sugestões de sites e blogs

[www.leiamulheres.com.br](http://www.leiamulheres.com.br)

[www.naomekahlo.com](http://www.naomekahlo.com)

[www.mulheresnaciencia.com.br](http://www.mulheresnaciencia.com.br)

[www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)

[www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres](http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres)



- ➔ **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER** » Mostrar o vídeo Tea Consent (Consentimento é simples como chá - legendado): aos alunos a partir de 15 anos e depois debater com eles como colocar em prática. Explicar que relações saudáveis e seguras começam quando as duas pessoas estão de acordo sobre cada passo do relacionamento. » <https://bit.ly/1FmbnXe>
- ➔ **QUILOMBOLAS** » Propor aos alunos uma pesquisa sobre Aqualtune e Tereza de Benguela e estimular a produção de um quadro comparativo sobre semelhanças e diferenças entre as histórias dessas duas mulheres líderes de quilombos. Em paralelo, pedir para que eles pesquisem sobre os quilombos que existem atualmente. Após as pesquisas, os alunos escrevem uma carta para uma dessas lideranças contando sobre como são os quilombos hoje.
- ➔ **PREVENINDO ABUSO SEXUAL INFANTIL** » Apresentar aos alunos do ensino fundamental o vídeo: “Prevenção ao abuso sexual infantil”. Em seguida, faça uma roda de conversa sobre o que os estudantes pensam em relação aos riscos do contato com estranhos ou até mesmo familiares ou pessoas próximas. Mostrar o Estatuto da Criança e do Adolescente, descrevendo os direitos das crianças, e explicar que o abuso sexual infantil é um problema social grave, que precisa ser combatido. » <https://bit.ly/2B4qV70>
- ➔ **DIVERSIDADE** » Pedir para os alunos trazerem fotos ou objetos que representem os membros de suas famílias. Fazer uma roda de conversa em que cada aluno apresenta esses objetos e conta sobre sua família. Explicar que cada família é de um jeito e que é importante respeitar todos os tipos de família.
- ➔ **FEMINISMO** » Apresentar aos alunos do ensino médio a biografia da matemática Ada Lovelace e o legado dela para a computação. Pedir aos alunos que pesquisem mulheres brasileiras de destaque nas ciências na atualidade e estimular que eles entrem em contato com essas cientistas e façam entrevistas sobre o que elas estão produzindo.

**Diretoria Executiva da CNTE  
Gestão 2017/2021**

**PRESIDENTE**

Heleno Araújo Filho (SINTEPE/PE)

**VICE-PRESIDENTE**

Marlei Fernandes (APP/PR)

**SECRETÁRIA DE FINANÇAS**

Rosilene Corrêa Lima (SINPRO/DF)

**SECRETÁRIA GERAL**

Fátima Aparecida da Silva (FETEMS/MS)

**SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Roberto Leão (APEOESP/SP)

**SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS**

Gilmar Soares (SINTEP/MT)

**SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO**

Luiz Carlos Vieira (SINTE/SC)

**SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL**

Rui Oliveira (APLB/BA)

**SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO**

Marta Vanelli (SINTE/SC)

**SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO**

Beatriz Cerqueira (SIND-UTE/MG)

**SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS**

Ivonete Almeida (SINTESE/SE)

**SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO**

Isis Tavares (SINTEAM/AM)

**SECRETÁRIA DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS**

Selene Michielin (CPERS/RS)

**SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS**

Gabriel Pereira Cruz (SINPRO/DF)

**SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**

Francisca da Rocha (APEOESP/SP)

**SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**

Cleitton da Silva (SINPEEM/SP)

**SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS**

José Christovam Filho (SINDIUPES/ES)

**SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO**

José Carlos do Prado (AFUSE/SP)

**SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO**

Iêda Leal (SINTEGO/GO)

**SECRETARIA EXECUTIVA**

Ana Cristina Guilherme (SINDIUTE/CE)

Berenice D'Arc Jacinto (SINPRO/DF)

Cândida Beatriz Rossetto (CPERS/RS)

Edmilson Camargos (SAE/DF)

Girleene Lázaro da Silva (SINTEAL/AL)

Joaquim Juscelino Linhares (APEOC/CE)

José Valdivino de Moraes (APP/PR)

Luiz Carlos Paixão (APP/PR)

Manoel Rodrigues (SINTERO/RO)

Odeni de Jesus da Silva (SINTE/PI)

Raimundo Oliveira (SINPROESEMMA/MA)

Rosana Souza do Nascimento (SINTEAC/AC)

**COORDENADOR DO DESPE**

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

**COORDENADOR DO COLETIVO DA JUVENTUDE**

Valdeir Pereira (MT)

**DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA**

Alessandro Souza Carvalho (APEOC/CE)

Antônio Lisboa Amancio Vale (SINPRO/DF)

Carlos de Lima Furtado (SINETET/TO)

Dóris Regina Nogueira (SINTERG/RS)

Ionaldo Tomaz (SINTE/RN)

Marco Antônio Soares (APEOESP/SP)

Maria Marleide Matias (SINTE/RN)

Marilda de Abreu Araújo (SIND-UTE/MG)

Marilene dos Santos Betros (APLB/BA)

Nelson Galvão (SINPEEM/SP)

Odisséia Carvalho (OPOSIÇÃO SEPE/RI)

Valéria Conceição da Silva (SINTEPE/PE)

Veroni Salete Del Rê (APP/PR)

**CONSELHO FISCAL - TITULAR**

Antônia Benedita Costa (SINPROESEMMA/MA)

Edson Rodrigues Garcia (CPERS/RS)

Ivaneia de Souza Alves (OPOSIÇÃO SINSEPEAP/AP)

José Teixeira da Silva (SINTE/RN)

Ornildo Roberto de Souza (SINTER/RR)

**CONSELHO FISCAL - SUPLENTE**

Edivaldo Faustino da Costa (SINTEP/PB)

Fábio Henrique Matos (SINTE/PI)

Francisca Ribeiro da Silva (SINTE/PI)

## A Lei Maria da Penha Em Cordel (Tião Simpatia)

A lei maria da penha  
Está em pleno vigor  
Não veio pra prender homem  
Mas pra punir agressor  
Pois em "mulher não se bate  
Nem mesmo com uma flor".

A violência doméstica  
Tem sido uma grande vilã  
E por ser contra a violência  
Desta lei me tornei fã  
Pra que a mulher de hoje  
Não seja uma vítima amanhã.

Toda mulher tem direito  
A viver sem violência  
É verdade, está na lei.  
Que tem muita eficiência  
Pra punir o agressor  
E à vítima, dar assistência.

Tá no artigo primeiro  
Que a lei visa coibir;  
A violência doméstica  
Como também, prevenir;  
Com medidas protetivas  
E ao agressor, punir.

Já o artigo segundo  
Desta lei especial  
Independente de classe  
Nível educacional  
De raça, de etnia;  
E opção sexual...

De cultura e de idade  
De renda e religião  
Todas gozam dos direitos  
Sim, todas! sem exceção  
Que estão assegurados  
Pela constituição.

E que direitos são esses?  
Eis aqui a relação:  
À vida, à segurança.  
Também à alimentação  
À cultura e à justiça  
À saúde e à educação.

Além da cidadania  
Também à dignidade  
Ainda tem moradia  
E o direito à liberdade.  
Só tem direitos nos "as",  
E nos "os", não tem novidade?

Tem! Tem direito ao esporte  
Ao trabalho e ao lazer  
E o acesso à política

Pro brasil desenvolver  
E tantos outros direitos  
Que não dá tempo dizer.

E a lei maria da penha  
Cobre todos esses planos?  
Ah, já estão assegurados  
Pelos direitos humanos.  
A lei é mais um recurso  
Pra corrigir outros danos.

Por exemplo: a mulher  
Antes da lei existir,  
Apanhava e a justiça  
Não tinha como punir  
Ele voltava pra casa  
E tornava a agredir.

Com a lei é diferente  
É crime inaceitável  
Se bater, vai pra cadeia.  
Agressão é intolerável.  
O estado protege a vítima  
Depois pune o responsável.

Segundo o artigo sétimo  
Os tipos de violência  
Doméstica e familiar  
Têm na sua abrangência  
As cinco categorias  
Que descrevo na sequência.

A primeira é a física  
Entendendo como tal:  
Qualquer conduta ofensiva  
De modo irracional  
Que fira a integridade  
E a saúde corporal...

Tapas, socos, empurrões;  
Beliscões e pontapés  
Arranhões, puxões de orelha;  
Seja um, ou sejam dez  
Tudo é violência física  
E causam dores cruéis.

Vamos ao segundo tipo  
Que é a psicológica  
Esta merece atenção  
Mais didática e pedagógica  
Com a autoestima baixa  
Toda a vida perde a lógica...

Chantagem, humilhação;  
Insultos; constrangimento;  
São danos que interferem  
No seu desenvolvimento  
Baixando a autoestima  
E aumentando o sofrimento.

Violência sexual:  
Dá-se pela coação  
Ou uso da força física  
Causando intimidação  
E obrigando a mulher  
Ao ato da relação...

Qualquer ação que impeça  
Esta mulher de usar  
Método contraceptivo  
Ou para engravidar  
Seu direito está na lei  
Basta só reivindicar.

A quarta categoria  
É a patrimonial:  
Retenção, subtração,  
Destruição parcial  
Ou total de seus pertences  
Culmina em ação penal...

Instrumentos de trabalho  
Documentos pessoais  
Ou recursos econômicos  
Além de outras coisas mais  
Tudo isso configura  
Em danos materiais.

A quinta categoria  
É violência moral  
São os crimes contra a honra  
Está no código penal  
Injúria, difamação;  
Calúnia, etc. e tal.

Segundo o artigo quinto  
Esses tipos de violência  
Dão-se em diversos âmbitos  
Porém é na residência  
Que a violência doméstica  
Tem sua maior incidência.

E quem pode ser enquadrado  
Como agente/agressor?  
Marido ou companheiro  
Namorado ou ex-amor  
No caso de uma doméstica  
Pode ser o empregador.

Se por acaso o irmão  
Agredir a sua irmã  
O filho, agredir a mãe;  
Seja nova ou anciã  
É violência doméstica  
São membros do mesmo clã.

E se acaso for o homem  
Que da mulher apanhar?  
É violência doméstica?

Você pode me explicar?  
Tudo pode acontecer  
No âmbito familiar!

Nesse caso é diferente;  
A lei é bastante clara:  
Por ser uma questão de  
gênero  
Somente à mulher, ampara.  
Se a mulher for valente  
O homem que livre a cara.

E procure seus direitos  
Da forma que lhe convenha  
Se o sujeito aprontou  
E a mulher desceu-lhe a  
lenha  
Recorra ao código penal  
Não à lei maria da penha.

Agora, num caso lésbico;  
Se no qual a companheira  
Oferecer qualquer risco  
À vida de sua parceira  
A agressora é punida;  
Pois a lei não dá bobeira.

Para que os seus direitos  
Estejam assegurados  
A lei maria da penha  
Também cria os juizados  
De violência doméstica  
Para todos os estados.

Aí, cabe aos governantes  
De cada federação  
Destinarem os recursos  
Para implementação  
Da lei maria da penha  
Em prol da população.

Espero ter sido útil  
Neste cordel que criei  
Para informar o povo  
Sobre a importância da lei  
Pois quem agride uma  
rainha  
Não merece ser um rei.

Dizia o velho ditado  
Que "ninguém mete a colher".  
Em briga de namorado  
Ou de "marido e mulher"  
Não metia... agora, mete!  
Pois isso agora reflete  
No mundo que a gente quer.